



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XX — N.º 121

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 1 DE SETEMBRO DE 1965

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

SESSÃO CONJUNTA

1 de setembro de 1965, às 9 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Continuação da apreciação do veto presidencial (parcial) ao Projeto Lei nº 22/64 (C.N.), que institui o Conselho Nacional de Transportes e outras providências.

ORIENTAÇÃO PARA VOTAÇÃO

Cédula	Matéria a que se refere
1	Do art. 3º a alínea "o".
2	Do art. 3º a alínea "o".
3	Do parágrafo único do art. 10 as palavras: "... da Associação Nacional das Empresas de Transporte Rodoviário de Carga..."
4	Do art. 3º a alínea "p".
5	Do § 1º do art. 3º a referência à alínea "p".
6	Do art. 3º a alínea "q".
7	Do § 1º do art. 3º a referência à alínea "q".
8	Do parágrafo único do art. 10 as palavras: "... do Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima".
9	Do art. 3º a alínea "r".
10	Do § 1º do art. 3º a referência à alínea "r".
11	Do parágrafo único do art. 10 as palavras: "... do Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Comercial".
12	Do art. 3º a alínea "s".
13	Do § 1º do art. 3º a referência à alínea "s".
14	Do parágrafo único do art. 10 as palavras: "... do Conselho Nacional de Engenharia e Arquitetura".
15	Do art. 3º a alínea "t".
16	Do § 1º do art. 3º a referência à alínea "t".
17	Do parágrafo único do art. 10 as palavras: "... e da Confederação Rural Brasileira".

SESSÃO CONJUNTA

1 de setembro de 1965, às 21 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Continuação da apreciação do veto presidencial (parcial) ao Projeto Lei nº 22/64 (C.N.), que institui o Conselho Nacional de Transportes e outras providências.

ORIENTAÇÃO PARA VOTAÇÃO

Cédula	Matéria a que se refere
1	Do § 1º do art. 3º as palavras: "... podendo ser reconduzidas".
2	§ 3º do art. 3º (totalidade). Item III do art. 11 (Departamento Jurídico). § 2º do art. 12 (totalidade). Do art. 12 a palavra: "três".
3	Art. 4º e seu parágrafo (totalidade).
4	Do art. 8º as palavras: "... que afetem substancialmente a segurança nacional".
5	Do parágrafo único do art. 10, as partes não rejeitadas em votação anterior, a saber: "... os representantes... serão nomeados por decreto, mediante indicação dos presidentes das respectivas entidades".
6	Parágrafo único do art. 11 (totalidade).

SESSÃO CONJUNTA

Em 2 de setembro de 1965, às 21 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Vetos presidenciais (parciais) aos Projetos de Lei:

- 1º — Nº 2.753-B/65 na Câmara e 102/65 no Senado, que transforma a Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro em Fundação e dá outras providências (veto parcial).
- 2º — Nº 2.736/65 na Câmara e nº 103/65 no Senado, que exclui do regime de prévio licenciamento e de visto consular importações realizadas pelos Ministérios Militares (veto parcial).
- 3º — Nº 2.793-B/65 na Câmara e nº 117/65 no Senado, que dispõe sobre a inspeção e fiscalização de ingredientes, alimentos e produtos destinados à alimentação animal e dá outras providências (veto parcial).

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula	Veto	Matéria a que se refere
1	1º	Primeiro veto Parágrafo único do art. 3º (totalidade).
2	2º	Segundo veto Do parágrafo único do art. 2º as palavras: "... tendo sido previamente autorizado pelo Presidente da República".
3	3º	Terceiro veto Do art. 6º as palavras "e técnicas".

SESSÃO CONJUNTA

Em 8 de setembro de 1965, às 21 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.732-B/65 na Câmara e nº 104/65 no Senado, que disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento.

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula nº	Matéria a que se refere
1	Do § 6º do art. 45, as palavras: "sem direito a voto, nem as".
2	Do § 4º do art. 50, as palavras: "ou ao portador".
3	§§ 5º, 6º e 7º do art. 50 (totalidade).
4	§ 2º do art. 56 (totalidade).
5	Do art. 60 as palavras: "mantém ou".
6	Do § 1º do art. 64 a parte final: "mas o imposto que sobre ela incidir será compensável com o imposto de pessoa jurídica devido pela sociedade sobre o seu lucro real".

SESSÃO CONJUNTA

Em 9 de setembro de 1965, às 9 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei nº 1.857-C/60 na Câmara e nº 153/64 no Senado, que dispõe sobre o custeio, pela União, no exercício de 1960, dos serviços públicos transferidos para o Estado da Guanabara pela Lei nº 3.752, de 14 de abril de 1960.

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula nº	Matéria a que se refere
1	Art. 1º (totalidade).
2	Art. 3º (totalidade).
3	Parágrafo único do art. 5º (totalidade).
4	Arts. 6º e 7º (totalidade).

SESSÃO CONJUNTA

Em 9 de setembro de 1965, às 21 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Vetos presidenciais:

- 1º — Ao Projeto de Lei nº 926-E/56 na Câmara e nº 139/62 no Senado que regula a profissão de corretor de seguros (veto parcial);
- 2º — Ao Projeto de Lei nº 617-B/63, na Câmara e nº 109/63 no Senado, que concede isenção do imposto de renda à Companhia Siderúrgica Nacional e dá outras providências (veto total);
- 3º — Ao Projeto de Lei nº 2.362-E/64 na Câmara e nº 279/64 no Senado que dispõe sobre a fixação de coeficientes de correção monetária para os efeitos legais (veto parcial).

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula nº	Veto	Matéria a que se refere
Primeiro veto		
1	1º	Da alínea "b" do art. 4º as palavras: "em escola".
2	1º	Da alínea "b" do art. 4º as palavras: "ou reconhecida".
3	1º	Do art. 1º as palavras: "destinadas à formação técnica de securitários e corretores de seguros".
Segundo veto		
4	2º	Totalidade do projeto.
Terceiro veto		
5	3º	Art. 2º (totalidade).

Convocação de sessão conjunta para apreciação de veto presidencial

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º n. IV, do Regimento Comum, designa a sessão conjunta a realizar-se no dia 15 de setembro do ano em curso às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados para sem prejuízo da matéria para ela já programada, a apreciação dos seguintes vetos presidenciais:

EXPEDIENTE
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II.

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior		Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 50,	Semestre	Cr\$ 35,
Ano	Cr\$ 96	Ano	Cr\$ 76,
Exterior		Exterior	
Ano	Cr\$ 136,	Ano	Cr\$ 108,

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— ao Projeto de Lei nº 288-B-63 na Câmara e nº 233-64 no Senado, que equipara os atletas profissionais aos trabalhadores autônomos, para efeito das contribuições da Previdência Social;

— ao Projeto de Lei nº 2.839-B-65 na Câmara e n. 125-65 no Senado, que dispõe sobre o pagamento da gratificação prevista na Lei n. 4.090, de 13 de julho de 1962.

Senado Federal, 17 de agosto de 1965.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente

Convocação de sessões conjuntas para apreciação de vetos presidenciais

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º da Constituição Federal e do art. 1º, n.º IV, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessões conjuntas, à realizarem-se no Plenário da Câmara dos Deputados, nos dias 10, 11, 12, 17, 18, 19, 24, 25, 26 e 31 do mês em curso 1, 2, 8, 9, 14, 15 e 22 de setembro próximo, conhecerem dos vetos presidenciais constantes da relação anexa.

Senado Federal, em 4 de agosto de 1965,

AURO MOURA ANDRADE

Presidente

VETOS PRESIDENCIAIS A SEREM APRECIADOS A PARTIR DE 10 DE AGOSTO DE 1965

Dia 1º de setembro às 9.30 e às 21.30:

— ao Projeto de Lei nº 22-64 (C.N.), que institui o Conselho Nacional de Transportes e dá outras providências (veto parcial);

Dia 2 de setembro às 21.30:

— ao Projeto de Lei nº 2.753-D-65 na Câmara e nº 108-65 no Senado, que transforma a Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro em Fundação e dá outras providências (veto parcial);

— ao Projeto de Lei nº 2.736-B-65 na Câmara e nº 103-65 no Senado, que exclui do regime de prévio licenciamento e de visto consular importações realizadas pelos Ministérios Militares (veto parcial);

— ao Projeto de Lei nº 2.793-B-65 na Câmara e nº 177-65 no Senado, que dispõe sobre a inspeção e fiscalização de ingredientes, alimentos e produtos destinados à alimentação animal e dá outras providências (veto parcial);

Dia 8 de setembro, às 21.30:

- ao Projeto de Lei nº 2.732-65 na Câmara e nº 104-65 no Senado, que disciplina o mercado financeiro e de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento (veto parcial);

Dia 9 de setembro, às 9.30:

- ao Projeto de Lei nº 1.837-C-60 na Câmara e nº 153-61 no Senado, que dispõe sobre o custeio pela União no exercício de 1967 dos serviços públicos transferidos para o Estado da Guanabara pela Lei nº 3.132 de 14-4-1960 (veto parcial);

Dia 9 de setembro, às 21.30:

- ao Projeto de Lei nº 920-53 na Câmara e nº 139-62 no Senado, que regula a profissão de Corretor de Seguros (veto parcial);
- ao Projeto de Lei nº 617-B-65 na Câmara e nº 103-63 no Senado, que concede isenção do imposto de renda à Companhia Siderúrgica Nacional e dá outras providências (veto total);
- ao Projeto de Lei nº 362-B-64 na Câmara e nº 279-64 no Senado, que dispõe sobre a fixação de coeficientes de correção monetária para os efeitos legais (veto parcial);

Dia 14 de setembro, às 21.30:

- ao Projeto de Lei nº 2.287-B-60 na Câmara e nº 7-64 no Senado, que cria uma Escola de Educação Agrícola no Município de João Pinheiro Estado de Minas Gerais (veto total);
- ao Projeto de Lei nº 2.634-D-65 na Câmara e nº 35-65 no Senado, que complementa a Lei nº 3.917 de 14 de julho de 1961 que reorganiza o Ministério das Relações Exteriores (veto parcial);....
- ao Projeto de Lei nº 2.107-B-65 na Câmara e nº 73-65 no Senado, que dá nova redação ao § 2º e acrescenta mais um parágrafo ao art. 16 da Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964 (Código de Vencimentos dos Militares) — veto parcial;

Dia 15 de setembro, às 9.30:

- ao Projeto de Lei nº 7-65 (C.N.) que estabelece normas para o processo dos dissídios coletivos e dá outras providências (veto parcial);

Dia 15 de setembro, às 21.30:

- ao Projeto de Lei nº 2.740-E-65 na Câmara e nº 82-65 no Senado, que dispõe sobre a série de classes de Pesquisador e dá outras providências (veto parcial);
- ao Projeto de Lei nº 2.061-A-65 na Câmara e nº 96-65 no Senado, que dispõe sobre os serviços do Registro do Comércio e atividades afins e dá outras providências (veto parcial);
- ao Projeto de Lei nº 2.650-B-65 na Câmara e nº 46-65 no Senado, que isenta de impostos de importação e outras contribuições fiscais

os bens adquiridos mediante doação pelas instituições que se dedicam, sem finalidade lucrativa, à prestação de assistência médica hospitalar (veto parcial);

- ao Projeto de Lei nº 2.640-E-65 na Câmara e nº 35-65 no Senado, que dispõe sobre o seguro de crédito à exportação e dá outras providências (veto parcial);

Dia 22 de setembro, às 21.30:

- ao Projeto de Lei nº 3.291-C-61 na Câmara e nº 261-61 no Senado, que dispõe sobre o exercício da profissão de publicitário e de agenciador de propaganda e dá outras providências (veto parcial).

Designação de sessão conjunta para aprovação do veto presidencial

O Presidente da Câmara Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, IV, do Regulamento Interno, designa a sessão conjunta das duas Casas do Congresso Nacional a realizá-la no dia 11 de setembro de 1965, em curso às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara das Sessões Conjuntas, para aprovação do veto presidencial ao Projeto de Lei nº 2.740-E-65 (nº 32-65, no Senado), que regula as atividades da SNTA — Serviço Nacional de Tráfego Aéreo, sem prejuízo da matéria para ela já programada.

Senado Federal, em 26 de agosto de 1965

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, nos termos do art. 65, nº 1, da Constituição Federal, e eu, AURO MOURA ANDRADE, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 37, DE 1965

Aprava o Convênio de Cooperação Social assinado, no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, a 11 de agosto de 1964, pelos Governos dos Estados Unidos do Brasil e da Espanha.

Art. 1º É aprovado o Convênio de Cooperação Social assinado, no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, a 11 de agosto de 1964, pelos Governos dos Estados Unidos do Brasil e da Espanha.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 31 de agosto de 1965

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

ATA DA 130ª SESSÃO, EM 31 DE AGOSTO DE 1965

3ª Sessão Legislativa, da 5ª Legislatura

PRESENCIA DOS SRS.: MOURA ANDRADE — GILBERTO MARINHO E GILDO MONDIN.

Às 14 horas e 30 minutos, compareceram os Srs. Senadores:

Goldwasser Santos
Oscar Passos
Viveldo Lima
Pedro Carneiro
Victorino Freire
Menezes Pimentel
Wilson Gonçalves
José Bezerra
Pessoa de Queiroz
Ermiro de Moraes
Silvestre Péricles
Herioldo Vieira
José Leite
Aloysio de Carvalho
Josephat Marinho
Paulo Barros
Vasconcelos Torres
Aurélio Vianna
Gilberto Marinho
Lino de Mattos
Moura Andrade
Pedro Ludovico
Gastão Müller
Melo Braga
Celso Branco
Atílio Fontana
Gildo Mondin
Mem de Sá

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A lista de presença acusa o comparecimento de 28 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

Val ser lida a ata.

SENADO FEDERAL

O Sr. 2º-Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Sr. 1º-Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGEM

— Do Sr. Presidente da República, nos seguintes termos:

MENSAGEM

Nº 349, de 1965

(Nº 658, NA ORIGEM)

Senhores Membros do Senado Federal.

De acordo com o preceito constitucional, tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências a designação que desejo fazer do Senhor Jorge de Oliveira Maia, ocupante do cargo de Ministro de Segunda Classe da carreira de Diplomata, do Quadro do Pessoal, Parte Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer a função de Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República Socialista da România, nos termos do artigo 24 da Lei nº 3.917, de 14 de julho de 1961.

2. Os méritos do Senhor Jorge de Oliveira Maia, que se induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, em 31 de agosto de 1965.
— H. Castello Branco.

CURRICULUM VITAE — MINISTRO JORGE DE OLIVEIRA MAIA

Nascido no Rio de Janeiro, antigo Distrito Federal, em 25 de julho de 1914.

2. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, o Ministro Jorge de Oliveira Maia entrou a Escola Superior da Guerra em 1942. Ingressou na carreira diplomática em 1943; como Consul de Terceira Classe, por merecimento; em 1945; promovido a Primeiro Secretário, por merecimento, em 1954; promovido a Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 1961.

3. Durante sua carreira o Ministro Jorge de Oliveira Maia exerceu as seguintes funções: Segundo Secretário removido para Moscou em 1946; autorizado a permanecer em Paris, no mesmo ano; Segundo Secretário em Londres, em 1947 e de 1949 a 1950; Consul Adjunto em Antuérpia, de 1950 a 1953; Primeiro Secretário em Nova Delni, de 1954 a novembro de 1956; Consul em Dusseldorf de 1956 a 1959; Primeiro Secretário no México, de 1959 a 1961.

4. Além dessas funções, o Ministro Jorge de Oliveira Maia exerceu as seguintes missões e comissões: designado para servir junto ao Chanceler da Guatemala, na Primeira Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, no Rio de Janeiro, em 1942; Chefe Interino do Serviço de Informações, por três vezes; autorizado a servir provisoriamente junto à Delegação do Brasil à Conferência de Paz de Paris, em 1946; delegado da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais, no Congresso da Sociedade de Autores e Compositores, em Paris em 1947; delegado brasileiro à Reunião de

Comitê Executivo da UNESCO, em 1943; membro da Comissão Especial da ONU para os Bálcãs, em 1948; observador no Congresso da União Internacional de Proteção à Infância, em julho de 1950, em Londres; assessor da Delegação do Brasil à VI Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em Paris, em 1951; membro do Serviço de Informações, quando da visita do Presidente do Libano ao Brasil, em 1954; encarregado de Negocios em Karachi, em 1956; autorizado a vir ao Rio de Janeiro acompanhando o Presidente do México em sua visita oficial ao Brasil, em 1960; membro da Reunião de Especialistas da Rede Interamericana de Telecomunicações, realizada no México, em 1960; membro da Missão Especial para representar o Governo do Brasil nas comemorações do sesquicentário da Independência do México, em 1963; chefe do Serviço de informações do Ministério das Relações Exteriores em 1961; membro da comitiva do Comandante da Escola Superior de Guerra em sua viagem de estudos aos Estados Unidos da América, em 1962.

5. Dos assentamentos pessoais do Ministro Jorge de Oliveira Maia verifica-se que:

a) nada consta de que o desabone;

b) foi várias vezes elogiado pelo desempenho dado às missões e comissões a ele cometidas;

c) é casado com a Senhora Josephine Green de Oliveira Maia.

6. O Ministro Jorge de Oliveira Maia é indicado para a função de Enviado Extraordinário e Ministro

Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República Socialista da Romênia.
Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em ... de de 1965.

A Comissão de Relações Exteriores.
OFÍCIO — Do Sr. Ministro do Trabalho e Previdência Social, como segue:

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL
GM-GB-Nº 2.044.

Brasília, D.F. em 30 de agosto de 1965.

Senhor Primeiro Secretário:

Acusando o Ofício nº SP-112, de 20 de agosto de 1965, relativo à minha convocação para comparecer a essa

ilustre Casa, a fim de prestar esclarecimentos sobre o problema do desemprego, tenho a honra de confirmar a informação verbal já transmitida, no sentido de que desejava comparecer para esse efeito, no dia 2 de setembro, quinta-feira, às 16 horas. Sirvo-me do ensejo para apresentar a V. Exª as expressões de minha estima e consideração. — Arnaldo Lopes Sussekund.

REPOSTA A PEDIDO DE INFORMAÇÕES

Do Sr. Ministro da Agricultura:

Aviso nº 174-AP-Br., de 30 de agosto, com referência ao Requerimento nº 374-65, do Sr. Senador Dylton Costa.

OFÍCIOS — Do Sr. Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando a revisão do Senado autôgrafos dos seguintes projetos:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 169, de 1965

(Nº 4.817-B, 62, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS)

Concede isenção do imposto de importação e de taxas aduaneiras para materiais a serem importados pela Rádio Santana Ltda., de Anápolis, Estado de Goiás, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta.

Art. 1º Fica concedida isenção do imposto de importação e taxas aduaneiras para os materiais discriminados na relação anexa, a serem importados pela Rádio Santana Limitada, de Anápolis, Estado de Goiás.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

RELAÇÃO DOS MATERIAIS A QUE SE REFERE O ART. 1º:
(ZYW — 30 — Anápolis — Goiás)

Quant.	DESCRIÇÃO — MODELO	N. Castal	N. Stock
1	Receptor Hammariund HQ 110 — HQ 110		
1	Receptor Hammarlung — HQ 100 — HQ 100		
4	Toca-discos HENK-O-KUT — Company B-16-H		
2	Gravadores de fita Norelco — EL-3535		
1	Gravador de fita Radio Wine — Television Inc. Presents — PT7-CC		
2	Pares de fone Telex-Monset	HMY-2	18184
3	Pares de fones Mundock Readphones — N.111		
20	Switches Blinnach — Cutler — Itamer		
	Switches Donne pole style ST-52 tipe DPDT on-off-on	5393	
9	Switches Birnbach — Cutler — Hammer — Switches Single pole style — ST-42 tipe SPDT on-off-on	5374	
8	Constant — impedance controls — Clamostat 500 ohms — CIL 600	CIL-600	
8	Constant — impedance controls — Clamostat 1.000 ohms — CIL-1.000	CIL-1000	
1	Transmissor FM (Frequência Modulada) 60 watts, para Linck — frequência entre 40 a 90 megacíclos		
1	Transmissor FM (Frequência Modulada) — 30 watts, para reportagem volante, frequência entre 40 a 80 megacíclos		
2	Receptores FM (Frequência Modulada) para Broadcast		

PORCELAIN-CASED CAPACITOR "AEROVOX"

Quant.	Capacidade	Type	CD Voltage
2	.003	1236	12.500
2	.002	1236	12.500
1	.0015	1233	12.500
2	.005	1233	10.000
2	.0035	1233	12.500
10	Válvulas (Tubo)	813	
10	Válvulas (Tubo)	307	
10	Válvulas (Tubo)	5V6	
10	Válvulas (Tubo)	5U4	
10	Válvulas (Tubo)	6X7	
10	Válvulas (Tubo)	6XJ7	
10	Válvulas (Tubo)	683A	
10	Válvulas (Tubo)	304	
1	Teleprinter Ecd. 16-A		
2	Cartridge-Tape Recorders		

A Comissão de Finanças.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 170, de 1965

(Nº 3 031-A/65, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS)

Retifica sem aumento de despesa, a Lei nº 4.539, de 10 de dezembro de 1964, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 1965.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica alterada a Lei número 4.539, de 10 de dezembro de 1964, que estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício financeiro de 1965, na forma adiante indicada:

Subanexo 4.14 — Ministério da Fazenda.

Onde se lê:

4.14.16 — Diretor-Geral da Fazenda Nacional (Coletorias Federais)...

4.14.23 — Diretoria das Rendas Internas...

4.14.27 — Divisão do Imposto de Renda...

Leia-se:

4.14.16 — Departamento de Arrecadação (Exatarias federais).

4.14.23 — Departamento de Rendas Internas.

4.14.27 — Departamento de Imposto de Renda.

Art. 2º Esta Lei produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro de 1965.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças, de acordo com o disposto no art. 94-C, § 2º, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 171, de 1965

(Nº 3 028 A/65, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS)

Autoriza a abertura de crédito suplementar, pelo Ministério da Fazenda, de Cr\$ 292.468.000 e torna inaplicável igual montante no Orçamento vigente, em dotações que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito suplementar de Cr\$ 292.468.000 (duzentos e noventa e dois milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil cruzeiros) ao Subanexo Ministério da Fazenda 4.14.10 Contadoria Geral da República, Dotação 3 — Despesas Correntes, 3.1 — Despesas de Custeio 3.1.1. — Pessoal 3.1.1.1 — Pessoal Civil variável, do Orçamento para o atual exercício, aprovado pela Lei nº 4.539, de 10 de dezembro de 1964.

Art. 2º A dotação 3 — Despesas Correntes 3.1 — Despesas de Custeio 3.1.1.1. — Pessoal Civil — Fixo, constante do Orçamento vigente, no Subanexo 4.14 — Ministério da Fazenda — 4.14.10 — Contadoria Geral da República, fica reduzida de Cr\$ 292.468.000 (duzentos e noventa e dois milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil cruzeiros).

Art. 3º A discriminação das importâncias do crédito suplementar de que trata o art. 1º e da parcela considerada inaplicável, será feita pelo Poder Executivo e obedecerá ao disposto na Lei nº 4.220, de 17 de março de 1964.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças, de acordo com o art. 94-C, § 2º, do Regimento Interno.

OFÍCIO — Do Presidente da Federação das Sociedades de Defesa Contra a Lepra, nos seguintes termos:

CÓPIA

FEDERAÇÃO DAS SOCIEDADES DE DEFESA CONTRA A LEPRO

(Sucessora da Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra).

Considerada de utilidade pública pelo Governo, Decreto número 1.473, de 8 de Março de 1937

Reconhecida como instituição de caráter particular, integrada na campanha nacional contra a lepra pelo Decreto número 4.827, de 12 de outubro de 1942

Sede: Av. Calógeras, 15 — 11º Andar — Grupo 1.101 — ZC-39 — Tel.: 22.3500 — Rio de Janeiro (GB) Endereço Telegráfico — FESALDEPRA.

Rio de Janeiro, 9 de agosto de 1965.

Excelentíssimo Senhor Senador Auro Moura Andrade

DD. Presidente do Senado Federal:

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Foi com a maior emoção que recebi a honrosa mensagem de Vossa Excelência congratulando-se conosco pelas generosas homenagens que nos foram prestadas por ocasião do "Trigésimo Aniversário" de nossa gestão à frente dos destinos desta entidade.

Realmente o povo de minha terra, de todos os recantos deste imenso país, se manifestou com extrema generosidade, por motivo dessas comemorações que marcaram a passagem dessa data que tanto significa nesta luta sem tréguas durante três décadas.

Mas entre as mensagens que nos chegaram, certamente nenhuma nos calou tão fundo como essa generosa mensagem enviada pelo ilustre conterrâneo e digníssimo Presidente do Senado Federal.

São provas de bondade como essa que nos ajudam a levar avante este trabalho feito unicamente por amor à pátria e ao nosso próximo, pois elas são uma inspiração e uma segurança de que na continuação desta obra teremos o apoio e ajuda de elementos de alto prestígio como Vossa Excelência.

Queira pois Vossa Excelência receber com as nossas homenagens a expressão do mais sincero agradecimento e nossa respeitosa e cordial saudação. — a) — Eurico Weaver, Presidente FESAL.

TELEGRAMAS

CÓPIA

De São Gabriel RS 535 128 11 10

Exmo Sr Presidente Senado Federal

Congresso Nacional Senado Federal Brasília DF 11-8-65

Transmitimos conhecimento Vossa Excelência telegrama passado ao Exmo Sr Presidente República: Libertadores de São Gabriel que acharam fazer revolução de março e que neste momento ainda pensam e apoiam Revolução

contudo expressam, reunidos em assembleia mais de quinhentos companheiros, seu protesto contra extinção Partido Libertador. Hoje dez

Agosto quando homenageamos setenta aniversário morte combate nosso

chefe Gumercindo Saraiva, respectivamente dizemos Vossa Excelência que

seus um partido tradicional, possuímos um ideal condução desde Império e não concordaremos em fusões

eleitorais. Preferimos jamais votar em qualquer candidato outros partidos do

que sepultar nossos ideais simplesmente por um decreto.

Atenciosas saudações.

Rolindo Leonardo Vieira, Presidente Galeno Evangelho Costa, Vice-Presidente

Murilo Matos, Secretário.

CÓPIA

De Tubarão SC 1628 101 23 15.000
Exmo Sr Senador Moura Andrade
DD Presidente Senado Federal Brasília DF 23-8-65

Dominação intausta impressão causada inundações Sul País, Câmara Municipal Tubarão, proposta Vereador Tomé Antunes Teixeira, pede venia encarecer Vossa Excelência extrema necessidade conclusão BR-101 antiga BR-59 pois Estado atual citada rodovia provocou entraves tráfego região após catástrofe verificada congênere BR-2 Zona Serrana. Sabe este Legislativo preocupação Governo sentido normalizar situação, porém retardamento providências origina embaraços transporte dificultando circulação riqueza. População apreensiva manifesta certeza esse respeitável órgão diligenciará objetivo evitar repetição colapso agora registrado sistema rodoviário Sul Brasil. Saudações.

Vereador Tomé Antunes Teixeira, Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) Está finda a leitura do expediente.

Sobre a mesa requerimentos de informações, que vão ser lidos pelo Senhor 1º Secretário.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO

Nº 586, de 1965

Senhor Presidente,

De conformidade com a letra regimental, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério da Justiça, por que motivos a ajuda de custo a que têm direito os Oficiais do Registro Civil não vem sendo paga desde o ano de 1964?

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1965. — Senador Vasconcelos Torres.

REQUERIMENTO

Nº 585, de 1965

Senhor Presidente,

De conformidade com a letra regimental requero informe o Poder Executivo, através do Ministério da Viação e Obras Públicas — Comissão de Marinha Mercante — se as lanchas que fazem o transporte na Baía da Guanabara estão dotadas de medicamentos para socorros urgentes aos usuários da empresa?

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1965. — Senador Vasconcelos Torres.

REQUERIMENTO

Nº 584, de 1965

Senhor Presidente,

De conformidade com a letra regimental, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério da Viação e Obras Públicas — D.N.E.R. — por que motivos foram paralisadas as obras da estrada Miracema-Pádua, no Estado do Rio de Janeiro?

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1965. — Senador Vasconcelos Torres.

REQUERIMENTO

Nº 587, de 1965

Senhor Presidente:

De conformidade com a letra regimental, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério da Viação e Obras Públicas — D.N.E.R. — se estão prontos os estudos objetivando a ligação rodoviária do Município de Nilópolis, Estado do Rio, a localidade de Bangu, no Estado da Guanabara, Via Gericeim?

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1965. — Vasconcelos Torres, Senador.

REQUERIMENTO

Nº 588, de 1965

Senhor Presidente:

De conformidade com a letra regimental, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda, o seguinte:

a) se o Ministério da Fazenda, através do seu serviço de Patrimônio — Delegacia do Estado do Rio — tem conhecimento de aterro criminoso que vem sendo realizado na Praia de Samanguaia, localidade situada em Jurujuba, no Município de Niterói, Estado do Rio?

b) qual o nome do responsável ou duas firmas interessadas no aterro que vem prejudicando a beleza daquele recanto da Baía da Guanabara?

c) qual o número do processo, data de entrada, cópia da petição, pareceres, despacho final e nome da autoridade que autorizou o aterro daquela praia?

d) quais as providências tomadas pela Delegacia do Patrimônio no Estado do Rio para coibir esse abuso?

e) se a Delegacia tem conhecimento que a firma ou pessoa ou responsável pelo aterro, vem adquirindo navios velhos, desmanchando-se para vender como sucata e deixando na praia apenas o casco, como evidente perigo para os que frequentam a praia referida e, em caso afirmativo, quais as providências tomadas pela Delegacia?

f) se a Delegacia tem conhecimento de dois aterros feitos por particulares no loteamento da antiga Fábrica de Tintas "Paris", situado na estrada Fróis, no Saco São Francisco, na capital do Estado do Rio?

Justificação

Esse requerimento servirá de base a uma ampla investigação e, se couber, uma Comissão Parlamentar de Inquérito, para apurar as inúmeras irregularidades que se vem verificando na Delegacia do Serviço do Patrimônio do meu Estado.

O aterro criminoso da Praia de Samanguaia é um caso típico do abandono em que está relegado aquela Delegacia de Tintas "Paris", na estrada Fróis, legacia, que não vem fiscalizando como era de seu dever.

Existem inúmeros outros casos, como o aterro de mar feito por particulares no loteamento feito na antiga Fábrica de Tintas "Paris", na estrada Fróis, no Saco São Francisco, na capital do meu Estado.

Tenho conhecimento também de inúmeras outras irregularidades em Cabo Frio e em diversos outros Municípios do meu Estado. Pretendo com esse requerimento salvaguardar o patrimônio da União e, também, as belezas naturais do meu Estado.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1965. — Vasconcelos Torres, Senador.

REQUERIMENTO

Nº 589, de 1965

Senhor Presidente:

De conformidade com a letra regimental, requero informe o Poder Executivo, através do Ministro da Viação e Obras Públicas — Administração do Porto do Rio de Janeiro — se foi suspenso, pela referida Administração, o desconto em folha relativo ao quadro social da União dos Portuários do Brasil, e, em caso afirmativo, por que motivo foram suscitados tais descontos, sabendo-se que a União dos Portuários do Brasil é reconhecida pela Lei nº 1.131, de 14-6-1950?

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1965. — Vasconcelos Torres, Senador.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Os requerimentos lidos não dependem de deliberação do Plenário. Serão publicados e, em seguida, despachados pela Presidência. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O Senhor Primeiro Secretário proceda à leitura de projeto de lei.

E' lido o seguinte:

PROJETO
DE LEI DO SENADO

Nº 50, de 1965

Altera dispositivos da Lei nº 3.863-A, de 24 de janeiro de 1961.

(Do Senador Vasconcelos Torres)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. O artigo 2º da Lei nº 2.885, de 19 de dezembro de 1955, modificado pelo artigo 1º da Lei nº 3.813-A, de 24 de janeiro de 1961, passa a ter a seguinte redação:

"As empresas de navegação aérea, subvencionadas pela União, ficam obrigadas a conceder abatimento, nunca inferior a 50% (cinquenta por cento), em passagens, aos membros do Congresso Nacional, aos Ministros do Supremo Tribunal Federal, ao Tribunal Federal de Recursos, ao Tribunal Superior Eleitoral, do Superior Tribunal Militar e do Tribunal Superior do Trabalho; aos funcionários do Congresso Nacional em missão oficial e aos jornalistas profissionais, mediante requisição da associação de classe a que sejam filiados, desde que viagem no exercício da profissão".

§ 1º. O benefício de que trata este artigo é extensivo a 2 (dois) dependentes dos Congressistas e dos Ministros dos Tribunais mencionados, quando em missão no estrangeiro, bem como ao cônjuge do funcionário e o do jornalista em missão oficial do Congresso.

§ 2º. O abatimento a que se refere este artigo é devido, sob pena de ser automaticamente suspensa a subvencção.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Justificação

Parece tão respeitável e tão consistente quanto aquelas que prevaleceram para que o Congresso Nacional garantisse, através de lei, abatimento de 50% nas passagens aéreas para os Congressistas, Funcionários do Congresso e Jornalistas — existem, para justificar a extensão do mesmo abatimento, nos bilhetes de viagens adquiridos pelos Ministros Titulares dos Tribunais e alta instância que integram a estrutura judiciária da República.

Os membros do Poder Judiciário, embora aparentemente bem remunerados têm elevadas despesas para

assegurar o nível de representação que lhes é exigido pela posição que ocupam, bem como para manter atualizadas suas bibliotecas. E estão, outrossim, impedidos de exercer outras atividades remuneradas, exceto a do magistério.

Recrutados em diferentes pontos do Território Nacional, os Magistrados dos Tribunais Superiores precisam viajar com alguma frequência, ao Estado de Federação a que estão presos pelo nascimento, pelos laços de família e por interesses relacionados com o próprio fato de haver residido lá.

A transferência dos Tribunais para Brasília veio, de outro lado, por justos e compreensíveis motivos que os parlamentares bem conhecem, obrigando aos Ministros que compõem seus quadros a frequentes viagens redondas Brasília-Rio.

As empresas aéreas são subvencionadas pela União e, partindo desse fato é que o Congresso formulou o dispositivo de lei para o qual este projeto prevê nova redação.

A aprovação da presente proposição — é ainda importante frisar — não determinará quaisquer acréscimos na despesa pública. Muito ao contrário, concorrerá para a melhoria da receita das empresas aéreas, determinando índices mais altos de utilização da capacidade de transporte de passageiros das grandes aeronaves que movimentam a rede aérea nacional.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1965. — Vasconcelos Torres.

LEGISLAÇÃO CITADA

Lei número 3.862-A, de 24 de janeiro de 1961, que modifica dispositivos da lei número 2.886, de 19 de dezembro de 1955, que prorroga, pelo prazo de 3 (três) anos, o regime de subvencção às empresas de transportes aéreos estabelecido pela Lei número 1.181, de 17 de agosto de 1950.

Artigo 1º O artigo 8º da Lei número 2.886, de 19 de dezembro de 1955, passa a ter a seguinte redação:

"Todas as empresas de navegação aérea, subvencionadas pela União, ficam obrigadas a conceder abatimento, nunca inferior a 50% (cinquenta por cento), em passagens, aos membros do Congresso Nacional, aos funcionários do Congresso em missão oficial e aos jornalistas profissionais, mediante requisição da associação de classe a que sejam filiados, desde que viagem no exercício da profissão.

§ 1º O benefício de que trata este artigo é extensivo a 2 (dois) dependentes dos Congressistas, quando em missão no estrangeiro, bem como ao cônjuge do funcionário e o do jornalista, em missão oficial do Congresso.

§ 2º O abatimento a que se refere este artigo é devido, sob pena de ser automaticamente suspensa a subvencção".

As Comissões de Constituição e Justiça, de Transportes, Comunicações e Obras Públicas e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O projeto vai às Comissões competentes.

Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Guido Mondim.

O SR. GUIDO MONDIN:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente e Senhores Senadores, Brasília não instituiu ainda a sua Câmara de Vereadores. Brasília não tem representação no Congresso, nem no Senado nem na Câmara e eu perfilho o pensamento daqueles que entendam ser muito cedo ainda para cogitarmos de representação, numa cidade que

precisa ser consolidada, sedimentada, particularmente quanto aos sentimentos do homem em relação à Nova Capital.

Por isso mesmo, Senhor Presidente, deveríamos, evidentemente, cuidar, no Senado da República, de assuntos ditos, por força de expressão, da mais alta importância, por vezes representando o papel de vereadores de Brasília, papel que eu particularmente, cumpro com imensa satisfação.

Sei que, se um Senador estrangeiro nos ouvisse sobre tais assuntos, não nos compreenderia. Sabemos, porém, ser necessário e inevitável que falemos sobre todos os problemas de Brasília.

Quero, nesta rápida intervenção, Senhor Presidente, referir-me a dois aspectos, por sinal, motivos de um debate, hoje pela manhã, entre mim e pessoas de Brasília que me procuraram, algumas delas, verdadeiramente atormentadas com os problemas que enfrentam, nesta cidade, e que dizem respeito ao tráfego.

O primeiro deles refere-se ao transporte coletivo de Brasília. Nós, outros, que temos o nosso automóvel, permanentemente à disposição, à porta de nossa residência, talvez não compreendamos as dificuldades da população de Brasília, que precisa de transporte coletivo para dirigir-se aos seus locais de trabalho.

Há uma particularidade: na Esplanada dos Ministérios — por isso que ali se situam os Ministérios e mais adiante os Tribunais, o Congresso e o Palácio do Planalto — trabalham milhares de funcionários e temos que admitir que nem todos possuem automóvel. Assim, desde a inauguração de Brasília, há um verdadeiro drama.

Vamos exemplificar: funcionário do Senado que reside no Plano Piloto — já não me refiro aos das cidades-satélites onde as dificuldades são maiores — não tem nenhuma possibilidade de transporte para o local de trabalho numa viagem direta. Tem de usar duas conduções. A primeira, que os leva até à Estação Rodoviária e a segunda, da Rodoviária ao Senado.

Não posso compreender porque, até agora, os responsáveis por esse serviço público não constatarem as dificuldades existentes e, de acordo com as reclamações repetidamente feitas pela imprensa, e mesmo através de discursos no Parlamento — não procuraram estabelecer um melhor atendimento no serviço de transporte coletivo em Brasília.

Por exemplo, um funcionário, seja ele do Executivo, Legislativo ou Judiciário, que reside na chamada zona JK, para dirigir ao local de trabalho, encontra a mesma dificuldade. Então, o que pretendemos, o que desejamos é que os responsáveis por esse serviço reexaminem o plano do transporte coletivo nesta Capital.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. GUIDO MONDIN — Com muito prazer.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Parece-me, nobre Senador, que o problema não decorre do plano de transporte, mas sim do plano da cidade. Não poderá ser feita alteração alguma, no plano de transporte, se não se fizer primeiramente, no plano da cidade. Ela é que foi mal planejada para efeito de transporte.

O SR. GUIDO MONDIN — Então o plano é que deverá atender à nossa realidade urbana. É o traçado desta cidade, tão diferente do das demais, precisa ter um correspondente no seu traçado de linhas de transporte.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Mas, infelizmente, ainda estamos vinculados ao plano da cidade, e daí não há como se sair. Não sei mesmo qual o mistério nisto.

O SR. GUIDO MONDIN — Estou com V. Ex^a em não compreender esse mistério.

Nós sabemos que, à testa desses serviços, está o Dr. Manoel de Souza, cuidadoso homem de trabalho, excelente administrador. Já tivemos oportunidade de exaltar sua obra neste plenário. Sei que, hoje, a legítima superintendência desse setor está em plano mais alto. Mas, de qualquer maneira, não é possível, repito, que um funcionário deva, diariamente, para vir ao seu trabalho e dele voltar gastar Cr\$ 600, por isso que, custando uma passagem Cr\$ 150, deve ele tomar duas conduções para chegar até sua repartição, e mais duas para regressar à residência.

Não se compreende porque um ônibus procedente de uma das zonas da cidade — Sul ou Norte — não faça um trajeto circular. É claro que não estudei o projeto mas não consigo compreender por que não ocorre esse atendimento, quando ao mais leve raciocínio se verifica que, a grande massa de Brasília — no caso, os funcionários públicos — trabalha precisamente nesta região da Esplanada dos Ministérios, compreendendo os edifícios da Praça dos Três Poderes, inclusive.

Desejo, ressaltar, desta tribuna — e para esse assunto chamo a atenção dos responsáveis pelos transportes coletivos de Brasília — que tenho tentado vir de ônibus para o Senado. Se eu não tivesse automóvel, se tivesse que chegar na hora certa ao meu local de trabalho, confesso-lhe que a dificuldade seria total.

Fico a imaginar, então, as dificuldades com que se defrontam aqueles que não têm tribuna para falar, como os que me procuraram hoje pela manhã, pedindo-me que abordasse o assunto.

Se não cuidarmos dos pequenos problemas atuais, como poderemos ter esperanças de que sejam cuidados os maiores problemas da cidade?

A questão dos transportes coletivos em Brasília é uma das mais enervantes, porque envolve problema do cotidiano, e sabemos o que é enfrentar diariamente as mesmas dificuldades e o quanto isso influi no ânimo e no espírito de um cidadão.

Portanto, quero deixar, aqui, um apelo...

O Sr. Aloysio de Carvalho — Apelo esse que deve ser endereçado à Comissão do Distrito Federal que existe no Senado, e que é permanente.

O SR. GUIDO MONDIN — E de que é Presidente o nosso prezado colega o Sr. Senador Lino de Mattos.

O Sr. Lino de Mattos — Permite-me uma retificação. O Presidente da Comissão do Distrito Federal é o Sr. Senador Aurélio Viana.

O SR. GUIDO MONDIN — Obrigado a V. Ex^a.

O Sr. Lino de Mattos — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. GUIDO MONDIN — Concedo, com prazer, o aparte ao Sr. Senador Lino de Mattos. Confesso aos nobres colegas que, especialmente pelo aspecto humano, profundamente humano, parece-me devem esses assuntos ser aqui apreciados enquanto Brasília não tiver a sua Câmara para cuidar de seus problemas.

O Sr. Lino de Mattos — As palavras oportunas e justas de V. Ex^a ao Diretor-Superintendente da T.C.B., Sr. Manoel José de Souza, o colocará a salvo das críticas. Todos nesta Casa conhecemos o Diretor-Superintendente da T.C.B., inclusive o seu pensamento em matéria de bem servir à coletividade brasiliense. Servidor disciplinado, não pode o Sr. Manoel José de Souza tornar público o que realmente pensa sobre o sistema de transportes coletivos, porque a matéria está entregue a uma Co-

missão que lhe é hierarquicamente superior. Obediente, cumpre as determinações superiores, entretanto, nós, Senadores, sabemos que o Diretor-Superintendente da T.C.B. esposa, em gênero, número e grau, o ponto de vista que V. Ex^a está preconizando e é a interpretação exata do desejo da coletividade desta Capital, ou seja, em palavras simples: tarifa única, ônibus fazendo percurso, no Plano-Piloto e cidades-satélites, enfim, procurando servir o mais barato possível a imensa população de Brasília. E isso, no entender do Diretor-Superintendente da T.C.B., tanto quanto nós sabemos, é possível. Mas não é essa a compreensão dos que constituem a Comissão especial designada pelo Sr. Prefeito Municipal de Brasília para examinar o problema. Estou com V. Ex^a quando entende que nós, os Senadores, devemos exercer, também, a função de vereadores da Capital da República e que o ideal seria a Prefeitura do Distrito Federal convocar o Sr. Manoel José de Souza, ouvi-lo e exigir-lhe que pondere sobre o assunto, apresente o seu ponto de vista que, sabemos, coincide com os interesses do povo de Brasília.

O SR. GUIDO MONDIN — O aparte do nobre Senador fortalece grandemente o meu discurso e contém uma sugestão que, parece-me, se deve acolher — a de que o Sr. Manoel José de Souza, especializado em administrador da "Transportes Coletivos de Brasília", deve ser ouvido. Sabemos que em escala mais alta está a maior responsabilidade quanto ao tráfego coletivo de Brasília. Se as repartições da zona da Esplanada dos Ministérios terminarem o expediente às 17, 18, 19 ou 20 horas, o funcionário não poderá tomar, normalmente, o seu ônibus, como ocorre em qualquer cidade. E não poderá fazê-lo porque o serviço além de caro, não está convenientemente organizado. Estabelecida uma linha para o percurso do início na W-3 até o Congresso Nacional, não haveria maior despesa para o servidor que, chegando à Rodoviária, como acontece atualmente se vê obrigado a utilizar-se também do Circular, que faz o percurso pela Praça dos Três Poderes. Seria uma providência de grande utilidade, além de significar uma economia de trezentos cruzeros que, para a bolsa do servidor, tem grande importância no orçamento mensal.

São os aspectos humanos do cotidiano que poderiam facilmente ser atendidos.

Lembro aos nobres colegas que assunto idêntico abordei, em anos passados, sobre Brasília, sem que, até hoje, houvesse qualquer solução.

O Sr. Lino de Mattos — Permite V. Ex^a outro aparte? (Assentimento do orador.)

Não me parece difícil o Prefeito Municipal acolher as sugestões de V. Ex^a. Decentemente, em São Paulo, o eminente engenheiro Pinio Catenhede, em uma das reuniões com o Prefeito da Capital bandeirante, teve os mais largados encômios à organização administrativa da "Transporte Coletivos de Brasília", dando prova pública do alto apreço que tem S. Ex^a pela administração do Senhor Manoel José de Souza. Logo, o problema é simples: é entregar a solução à própria T.C.B., que resolverá a contento da população.

O SR. GUIDO MONDIN — Precisamente como diz V. Ex^a, T.C.B., é, todos reconhecemos, uma empresa bem organizada. O problema é, apenas de traçado.

Que se estude aquilo que melhor convém, não somente à Companhia, mas, particularmente, àqueles a quem ela serve.

Temos, então, dois pontos a resolver: o atendimento ao transporte dos que trabalham no Plano Piloto, vindos das Cidades Satélites, e a população

do Plano Piloto para que chegue aos locais de trabalho com segurança e garantia no horário.

Não é nossa intenção que se vá buscar o servidor, o trabalhador de Brasília, de qualquer categoria, na porta de sua casa. Queremos que sejam estabelecidos os traçados, para que possam estes trabalhadores contar com os transportes coletivos.

Ocorre que, a cada dia, o funcionário é obrigado a solicitar a colegas que o levem para casa e o tragam para o trabalho. Conhecemos esses enervantes detalhes da vida do nosso funcionário. É no sentido desse atendimento que fazemos esta reclamação.

O Sr. Vivaldo Lima — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. GUIDO MONDIN — Pois não.

O Sr. Vivaldo Lima — Estou de acordo com o pensamento expendido pelo Senhor Senador Aloysio de Carvalho, a respeito do Plano Diretor de Brasília. Por várias vezes manifestei-me aqui sobre o que ocorreu em termos de planejamento da nossa Capital. A teimosia ou capricho persistem e a cidade continua seguindo aquilo que foi idealizado quando de sua fundação, nada tendo sido alterado, praticamente, até este instante. V. Ex^a considera um problema que é, realmente, da maior relevância para o transporte da população metropolitana. Elogia o Diretor de Trânsito, não regateia expressões, que posso empregar, quanto à capacidade e ao dinamismo dessa autoridade. Mas, pelas próprias palavras de V. Ex^a conclui-se que a solução ainda está por ser encontrada e as palavras nesse sentido se transformam num apelo. Agora, apelo faço eu a V. Ex^a para que elas se transformem em reclamação, mas feita com o maior calor possível. Não precisará Brasília de possuir uma Câmara de Vereadores para que isso, por que V. Ex^a clama, da tribuna do Senado, possa ser ouvido. Parece-me que Washington não tem Câmara de Vereadores. É uma cidade organizada, onde os problemas têm solução e, a cada dia, em termos de tempo, são atualizados. Aqui, tem-se a mania, o hábito de, em face de qualquer omissão inculpar-se a falta de providência da autoridade. O Diretor de Trânsito não precisa de uma Câmara de Vereadores. O Senado da República deve, adeveria e deverá sempre legislar para a Capital da República. Para isto é que ela foi criada, criada para ser a cidade administrativa do País e não política. Daqui se administraria globalmente o Brasil. Ao Senado compete formular as suas leis, isto é, as leis específicas para o Distrito Federal. Mas o saudosismo ainda não conseguiu ser superado. A Câmara de Vereadores da antiga Capital da República, hoje Estado da Guanabara, deixou lembrança bem viva de que, numa Capital Federal, quanto menos órgãos legislativos locais tanto melhor. É preferível que os parlamentares da República — Câmara e Senado — digam o de que a sua Capital precisa a que por eles fale uma Câmara regional, quase sempre barulhenta e apaixonada. Não creio que trouxesse proveito. Contudo, considerando-se V. Ex^a, agora, um Vereador honorário desta Capital, já lembra, através de suas vigorosas palavras, a solução de um caso: como o de um méro trajeto de ônibus, para a inteligência, a capacidade de uma autoridade específica não terá dificuldade em promover, de modo que a população possa locomover-se com o normalidade necessária aos seus interesses. Vê V. Ex^a, portanto, que as suas palavras estão sendo acolhidas, neste Plenário, com o maior interesse.

A Comissão do Distrito Federal aqui está para dizer ao Prefeito que ele deve encarar os problemas administrativos da Capital em consonância com aquilo que o Senado transmite, através da sua tribuna, em termos de reclamação.

ação ou de apelos. Não pode fazer vista grossa, não pode omitir-se quando se trata de problemas da Municipalidade que lhe foi confiada, por confiança do Presidente da República e por nomeação do Senado Federal. Então V. Ex.^a, como todos nós insistimos, em que a Capital corresponda aos fins para a qual foi criada no Decreto 21 de abril de 1960.

O SR. GUIDO MONDIN — Muito obrigado pelo aparte que me deu o nobre Senador Vivaldo Lima. Realmente, a reclamação foi feita. Esclareço logo que assim procedemos, com esta reclamação, enquanto — será uma realidade que algum dia se institua — não tiver Brasília a sua Câmara de Vereadores.

O Sr. Vivaldo Lima — Tinha que nunca tinha. Faço votos para isso.

O SR. GUIDO MONDIN — Pelo menor e preciso muito tempo para que consiga se organizar para essa instituição. A reclamação foi feita e o que queremos é que os funcionários públicos de Brasília e o povo procedam de outros Estados, que aqui chegam para fazer de Brasília o seu interior junto aos Ministérios, encontrando dificuldades de transporte, não precisando expender, como hoje ocorre, enormes quantias no pagamento de taxi.

E particularmente para o trabalho cotidiano de Brasília, que queremos esse atendimento. Queremos que os funcionários dos três Poderes possam estar tranquilos dos seus expedientes, sabendo que não muito distante estará o ponto para tornarem o trânsito que os conduza às suas residências.

O Sr. Vivaldo Lima — Portanto V. Ex.^a concorda que apenas na necessidade de um estudo definitivo a respeito do sistema de trânsito.

O SR. GUIDO MONDIN — Frequentemente não se trata de lei, mas de organização.

O Sr. Vivaldo Lima — Nos, médicos, damos muita atenção ao sistema circulatório do corpo humano. Onde houve uma obstrução, desastre! As consequências são aquelas que V. Ex.^a apontou de logo, já deve saber. Assim também a Capital tem a sua circulação a ser atendida. Se uma autoridade estranhou um ponto, o sacrifício daquela extremidade daquele setor, trava, naturalmente, suas consequências desagradáveis.

O SR. GUIDO MONDIN — Outro assunto, com o qual concluo esta intervenção, Senhor Presidente, diz respeito a uma notícia divulgada pelos jornais de Brasília e que me estarrecia, qual seja, a de que funcionários do Ministério da Indústria e Comércio e do Conselho Nacional de Petróleo, tendo feito um levantamento nos postos de fornecimento de combustível em Brasília, constataram que apenas dois deles — apenas dois! — não adulteravam o combustível que vendiam como concessionários. Imaginemos, nobres colegas, como estarão os motores dos nossos automóveis, a esta altura, com o uso, sabe Deus desde quando, do combustível adulterado.

O Sr. Vasconcelos Torres — Permita V. Ex.^a um aparte? (Assentimento do orador) — A Delegacia de Economia Popular, se existe, deve imediatamente, interditar esses postos. Quero dizer a V. Ex.^a que esta chantagem é velha. Alguém definiu o corpo humano como dividido em três partes: cabeça, tronco e membros. Brasília subverte esta definição: cabeça, tronco e rodas. Ninguém pode ficar aqui sem automóvel. De maneira que o consumo de combustível é imenso e a ganância do lucro moral, irrefreável. Esses postos não deveriam continuar funcionando. Eu me valho desta oportunidade para endereçar um veemente apelo ao digno Chefe do Departamento Federal de

Segurança Pública, General Riograndino Krul, para que interdite, sem mais tardança, esses postos e essas bombas que agiram assim criminosamente, já recebendo uma taxa adicional superior ao valor da gasolina aqui consumida. V. Ex.^a sabe que, para se chegar ao Congresso ou a qualquer outra pessoa, tem-se que dar uma volta imensa. Parece que quem trabalha em Brasília quis ajudar as bombas de gasolina. Dá-se uma volta imensa para se chegar ao mesmo lugar. Isto não está certo.

Que se cobre o justo, o razoável. O imoral tem que ser repellido. Se essas bombas não foram fechadas, que se use, pelo menos, um cartaz: "Aqui se adultera gasolina"; ou então se mande publicar nos jornais que os postos tais e quais estão fraudando gasolina. Não é só pelo motor, que fica, realmente, avariado. Vossa Excelência sabe que, além de ser um negócio lucrativo, em Brasília, ter bombas de gasolina, é também um negócio extraordinário de oficina. Vossa Excelência sabe que levar um carro à oficina é pior que ir ao Hospital Distrital. O carro entra e se inventam as coisas mais estapafúrdias. É a hora de se trabalhar pela melhoria de Brasília, apontando ao povo essas coisas, responsáveis por esses postos de gasolina. Eles precisam ter seus nomes afixados em jornais. Se me forem fornecidos os nomes dessas lojas, pelo DFSP, assumirei a responsabilidade de denunciá-las, porque sei que enquanto algumas coisas do nosso comércio estão às portas da concordata, da falência, todos os postos de gasolina estão em última situação financeira.

O SR. GUIDO MONDIN — O nobre Senador Vasconcelos Torres terminou por concluir o meu discurso. (Risos) Mas, ainda assim, eu permaneço dizendo que a fiscalização a que se procedeu em Brasília foi efetuada por autoridades competentes, isto é, agentes do Ministério da Indústria e Comércio e do Conselho Nacional de Petróleo. Foi feita a fiscalização e publicados os resultados. Hoje, na imprensa, de toda essa situação. Consequentemente, têm as autoridades responsáveis, o caminho a seguir.

Não é possível que os revendedores os concessionários de combustível, em Brasília, possam continuar livremente procedendo dessa maneira. Não podemos admitir que a economia popular seja de tal maneira dilapidada pela falta de escrúpulo de homens dessa natureza. Portanto, ficaremos aguardando a conveniente punição para tais infratores. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Antes de dar a palavra aos oradores inscritos, devo concedê-la ao nobre Senador Lino de Mattos, que a solicitou na qualidade de Líder do Bloco Parlamentar Independente.

O SR. LINO DE MATTOS:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente, mais de 3 mil bandeiras estão hasteadas em funeral. São as bandeiras da totalidade dos municípios do imenso território nacional, todos de luto porque morreu Coripeu de Azevedo Marques.

Com essa morte, Senhor Presidente, desapareceu um gigante na luta continuada em prol do aprimoramento da mentalidade municipalista dos homens públicos brasileiros. Faz um quarto de século que, todas as manhãs e todas as noites, a voz firme, vigorosa e penetrante de Coripeu de Azevedo Marques ressoava pelas ondas radiofônicas, alcançando, além de todo o território pátrio, também o exterior, cujas Embaixadas, via de regra, recorriam à palavra do extraordinário jornalista, para se colocarem em dia com o noticiário do Brasil.

O jornalismo brasileiro, jornalismo autêntico, austero, próbo, respeitável e, por isso mesmo, aplaudido pelo grande público, perdeu, com o falecimento de Coripeu de Azevedo Marques, um verdadeiro e inextinguível representante.

Os municípios de todas as unidades federativas do Brasil perderam, também, um líder sábio, um líder justo, um líder incansável na sua peregrina vigilância.

Todas as conquistas municipalistas deste último quartel de século se transformaram em realidade, esmurçadas pela ação enérgica desse morto estimado por todos.

O Senado da República não poderia deixar de dizer à viva voz, por seus demais membros, aos colegas de imprensa, aos líderes municipais e aos amigos mais íntimos de Coripeu de Azevedo Marques que a sua memória se perpetuará no coração do povo da Pátria ao longo de todos os dias, porque muito a serviu e, por isso, muito a serviu. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Tem a palavra o Senhor Senador José Guilomard. (Pausa.)

Sua Excelência está ausente.

Tem a palavra o Senhor Senador Vasconcelos Torres.

O SR. VASCONCELOS TORRES:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Sr. Senhores, no dia 23 de agosto esta Casa consagrou parte de seus trabalhos em homenagem ao Brigadeiro Nacional, na figura do seu patrono, em virtude de requerimento suscitado por V. Ex.^a, Sr. Senador Gilberto Marinho, e também por mim.

No dia 24 de V. Ex.^a fez um magnífico discurso e não falou, apenas em seu nome, de vez que lhe havia pedido para, também, falar em nome dele. Na mesma data, tinha eu que comparecer, como compareci, ao Município de Duque de Caxias, pátrio natal do Patrono do Exército Brasileiro, onde repeti a gentileza de V. Ex.^a, Sr. Senador Gilberto Marinho, falando também em seu nome. E agora quero dar conta do encerramento de toda a população daquela área da Baixada Fluminense que, orgulhosa e entusiasmada, aplaudiu o primeiro desfile militar ali realizado e igualmente, pela primeira vez, o juramento à Bandeira de aproximadamente dez mil conscritos do Grupo das Unidades-Escola. Foi interessante que o Exército nacional saísse da guarnição do Estado da Guanabara para, desfilando na terra natal do maior soldado do Império, prestar homenagem ao povo fluminense.

Assisti àquela parada magnífica. Na ocasião, disse às autoridades presentes que daria conta, no Senado, da impressão que colhia no momento em que os soldados da força terrestre brasileira desfilavam pelas ruas de um dos mais importantes municípios do Brasil, onde a densidade demográfica é das maiores em todo o País, onde a industrialização se processa a passos largos. Realmente, foi notável o espírito de confraternização entre soldados e povo, naquele dia, quando todos cultuavam a memória de uma das maiores figuras da nacionalidade.

O desfile não ficou apenas nas ruas de um dos municípios mais novos, de vez que em 25 de agosto atingia o seu 21º aniversário de fundação, mas as autoridades militares se deslocavam, também, para a Fazenda Taquara e, no local onde nasceu Luiz Alves de Lima e Silva, Patrono do Exército, houve locustas solenidades

com a presença do Alto Comando Militar e outras autoridades do meu Estado. Ali foi assumido o compromisso de que se aguarda um momento de lembrando aquela vida, toda em dedicação ao serviço da Pátria e de sua unidade. No momento, ali existe um planejamento, mas também um planejamento.

"Vindante, para um momento e saúde o bardo da semana, na Pátria, o Duque de Caxias".

Sr. Presidente, o Prefeito, o Governador, os Vereadores, Parnianos, daquele dia de tanta vibração, então intimados por mim de que, tão logo chegasse a Brasília, me enviassem um agradecimento ao General Newton Fontoura Reis, um dos mais brilhantes oficiais do Exército. Com uma palavra resumida de boas-vindas à sua cidade natal, Sr. Presidente, e poderia dizer, talvez, poeticamente — levando em consideração o fato de que a Pátria Mãe para o Duque de Caxias, o Exército participou das festas comemorativas na emancipação do Município de Duque de Caxias. Notei que o agradecimento não partiu apenas do oficialismo municipal e estadual. O povo, também, conhecedor de que, pela primeira vez, o Exército se deslocava da sua capital no vizinho Estado da Guanabara para a cidade fluminense, manifestou, pessoalmente, ao General Newton Fontoura Reis, sua gratidão e seu apreço. Não eram apenas as tribas em homenagem a esse guerreiro militar. Impressionou-me o número de pessoas que foram questionadas de vez que o município para apoiar a ação do Comandante da Unidade Militar do Exército Brasileiro, com a maior potência de fogo, segundo foi informado durante o desfile, e que deslocou toda a tropa para demonstração de apreço ao pátrio fluminense, naquela ocasião, data histórica.

Não podia ser de outra forma. Com Luiz Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias, não pode haver hesitação, ninguém pode tirar do Estado do Rio o orgulho fluminense de ter, entre seus grandes filhos, a figura — podemos dizer, Sr. Presidente, sem exagero — imortal da História do Brasil.

Querida, como representante do Estado do Rio no Senado da República, formular um agradecimento, em nome de toda a Baixada Fluminense, e, em particular, do Município de Duque de Caxias, ao General Newton Fontoura Reis.

Em contato com o povo — que faço questão de ter — que e do meu temperamento, conversando com uns e outros, senti que a atitude de S. Ex.^a, calara, profundamente, na opinião pública caxiense.

O juramento à bandeira, por si só, é um espetáculo extraordinário. Cerca de 10.000 conscritos no Estádio Municipal mostraram que o Exército val também, agora, ao Município, ao Distrito.

Tudo isso causou uma impressão magnífica. Foi evidenciada a sensibilidade política para com o Exército que, sendo povo fardado, foi até às populações para mostrar-lhes o que possui. Sendo povo, confraternizou-se com o povo, no dia 25 de agosto, no Município de Duque de Caxias.

Quero daqui, elogiar o desfile da tropa.

As autoridades militares, não sujeitas ao grupamento de escolas, informaram-me que poucas vezes realizou-se com tanto brilhantismo um desfile como o de Duque de Caxias, no dia 25 de agosto, sob o comando do General Newton Fontoura Reis.

Estas, Sr. Presidente, as palavras de agradecimento de um representante fluminense.

Esperamos que daqui para frente na terra natal do Duque de Caxias, no

dia 25 de agosto, se realize o destile de soldados a fim de que seja mantida a tradição de que são herdeiros, para maior incremento do civismo, do patriotismo, como ocorreu no último dia 25 de agosto, naquele Ministério. *(Muito bem!)*

O SR. PRESIDENTE:

(Guído Mondin) — Tem a palavra o nobre Senador Gastão Müller.

O SR. GASTÃO MÜLLER:

Desisto da palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

(Guído Mondin) — Tem a palavra o nobre Senador José Guimard. *(Pausa.)*

Não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Aurélio Viana.

O SR. AURÉLIO VIANA:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, quando os operários mobilizam-se, reivindicando melhores salários, quando os funcionários públicos, civis e militares, da União, dos Estados e dos Municípios reclamam melhores salários, a contenção da alta do custo da vida, contenção dos preços, dos aluguéis das casas e dos apartamentos, promove-se, como solução para a crise que atravessa o nosso País, a mudança do regime, como se a simples mudança viesse alterar a situação de intranquilidade econômica e financeira em que se encontra mergulhada a população do nosso País.

Já uma vez substituíram o presidencialismo pelo parlamentarismo, não propriamente pelo parlamentarismo. Bnsaiou-se, neste País, apenas uma experiência nova com resultados negativos, um regime híbrido do qual nada resultou, que faleceu antes de ter atingido idade proveita.

Sr. Presidente, hoje, lemos manifestos de operários e de funcionários. Não mais suportam eles a angústia proveniente das dificuldades que enfrentam.

Mas não somente no campo dos assalariados reclama-se; as reclamações procedem também das classes empresariais. Não há técnicos em relações públicas assessorando este Governo.

Hoje, recebi comunicação de certa região do Estado de Goiás. Estão alarmados com a notícia de desapropriação de terras para efeito de reforma agrária sem um preparo psicológico, sem uma explicação, sem se dizer como se vai proceder. E aqueles que conversaram comigo diziam mesmo: já estamos vendendo as nossas terras. Estamos em desespero.

Por que razão o Governo Federal, através do órgão competente, não prepara psicologicamente o povo daquelas regiões que vão ser atingidas pela reforma, explicando o que se pretende fazer, dando-lhes conhecimento da lei que o Congresso aprovou e que o Presidente da República sancionou? E então, a onda de inquietação que alarma os responsáveis cresce, aumenta.

Como velho partidário de uma reforma agrária brasileira, não me preocupo com a questão canôica no sentido de que a lei deve ser cumprida para que haja desenvolvimento nas regiões interiores deste País, provocando um surto de desenvolvimento que abarque o País inteiro, fortalecendo a nossa indústria que está ameaçada de colapso e promovendo-se o bem-estar de nosso povo.

Mas reclamo que se proceda com inteligência e sabedoria, para que não entremos em colapso de produção, o que, se acontecesse, seria um chamamento ou um chamamento para as soluções violentas partidas das massas em desespero e sob o império da fome e da miséria.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, a crise brasileira tem raízes profundas.

Há um processo que não sofreu qualquer paralisação, a exploração do nosso País pelos grandes grupos internacionais vem de longa data. No tempo em que aqueles que os denunciavam não era acoimados de para-comunistas ou comunistas, a exploração existia e era denunciada pelos nossos homens públicos.

Nabuco, em pronunciamento que o tornaram célebre, no País inteiro e noutros países, já dizia:

"E' o que temos sempre visto: empresas concedidas sem estudo e realizadas sem fiscalização; chegamos a fazer contratos para serem rescindidos logo depois. Eu pergunto se há nada mais humilhante para o nosso País do que essas concessões seguidas de rescisões e seguidas, por sua vez, de reclamações estrangeiras".

Isto antes do ano de 1900.

"A lei que manda rescindir não é atestado público que o Governo e o Parlamento dão ao País e ao mundo de sua incapacidade administrativa? Eu sei, por exemplo, que mais de uma vez temos estado ameaçados de ver o eixo de nosso crédito estrangulado, que é o eixo das nossas finanças, passar das da Casa Rothschild para os sindicatos anônimos organizados ninguém sabe com quem. Mais de uma vez tem havido tentativas para formar associações de Bancos ou de capitalistas, para transferir de Londres para o continente a emissão da nossa dívida.

E' desses planos ambiciosos, dessas visões gigantescas que tenho medo. E' nessas audaciosas inovações que eu vejo o verdadeiro perigo para o nosso país, cujos recursos seriam todos fundidos nas mãos de semelhantes sindicatos...

O processo espoliativo continua. O capitalismo internacional é capitalismo internacional. As suas raízes estão na América como na Europa, como na Ásia. Só tem um interesse: fortalecer-se cada vez mais, embora esse fortalecimento destrua liberdades, destrua democracia, destrua homens, destrua sistemas.

Citava Nabuco: "Negócios escusos realizados sob a responsabilidade do Governo Imperial".

Então negócios escusos, neste país, vêm de longa data. Quando se falava na honrabilidade de Pedro II, na sua idoneidade moral, um partidário do Império afirmava, em pleno Parlamento brasileiro:

"O que se pode chamar negócio lucrativo é o do Xingü... devia dar de lucro, a cada interessado, dois mil contos."

"...são os da estrada de ferro, concedidas e logo rescindidas; é o da estrada de ferro Dom Pedro II, pela qual estamos ameaçados, segundo se diz, de uma reclamação inglesa de nada menos de oito a dez mil contos."

Já naquele tempo o capital estrangeiro era tão garantido que os países reclamavam e eram satisfeitos nas suas reclamações. Agora, surge uma nova modalidade de acordo, que é a aquisição dos investimentos que o Governo fez com o Governo norte-americano; já não é mais com a Inglaterra.

(Continua lendo)

"O que se pode chamar negócios lucrativos e gigantescos são todos os nossos fornecimentos, inclusive essa massa, nunca pela lei pública, da seca do Ceará."

"Se V. Exa., Sr. Presidente, quiser ir mais longe, tome a lista dos

concessionários de estradas de ferro, nomeie-se uma comissão da Câmara seria preciso nomear cem comissões."

INTERPRETAÇÃO DO FENÔMENO, FEITA POR NABUCO

"Os abusos, nessa época, são forçosamente tão grandes como em tempo de guerra, ou de seca, e o que acontece é a reação. A esses ministérios que espalhavam o ouro sucedem outros que fecham o Tesouro para todos; temos então os ministros que não fazem contratos com ninguém, que desconfiam que todos que se aproximam deles querem comprometer-se ou que são os "homens de palha" dos contratantes da administração anterior. São épocas de retração, em que a moralidade administrativa deixa de ser suspeitada simplesmente porque o governo deixa de contratar."

"Em uma palavra, Sr. Presidente, as administrações que abrem o Tesouro são todas acusadas e só se salvam do ataque as que o fecham."

Em 1887, num debate fascinante, quando se discutiam no Parlamento brasileiro os méritos e deméritos dos dois grandes partidos, o liberal e o conservador, citando o autor da História da Inglaterra que escrevera sobre a psicologia dos dois partidos, Nabuco teve esta tirada analítica que marcou época, pois com estilete de sua fina ironia ele feriu os anti-reformistas do tempo no que lhe era de mais sagrado: "...o partido liberal pertencem todas estas espécies a que o nobre deputado se referiu: os malucos; mas ele também diz que os stúpidos são os conservadores, que a massa da estupidez e da ignorância nacional é instintivamente conservadora."

E continuou, sarcásticamente:

"A verdade é que um certo desequilíbrio mental é liberal; é verdade que um certo espírito impaciente é liberal; é verdade que o partido Liberal reúne todos os desprezados."

A Lei Eleitoral, o Estatuto dos Partidos, em eliminando quase todos os Partidos que têm ideologia que os caracteriza e distingue dos demais, está dividindo o País. E uma corrente só: — dois grupos defensores de uma só corrente de pensamento. Agora, já se nota preocupação dos liberais-democratas dos grandes partidos e, só agora, despertam os pequenos partidos. Quando o Senado da República tão acusado e muitas vezes injustamente, aprovou a emenda que apresentei, salvando os pequenos e os médios partidos que tivessem características próprias, peculiaridades próprias que os distinguem dos demais, foi a Câmara dos Deputados que rejeitou, por unanimidade, sem qualquer protesto do Plenário, a emenda que o Senado aprovou, por unanimidade.

Hoje, há grupos da Câmara que nos atacam, Deputados que pronunciam palavras com pontos de vista contra o Senado da República, advogando unicameralismo. No que devem ser respeitados, justificam a sua tese pela inoperância, pela ineficiência do Senado da República. E eu dizia, perante outros Deputados, a Vieira de Azevedo, um dos nossos acusadores, que grandes emendas, perfeições propostas da Câmara e do Executivo, apresentadas e aprovadas no Senado, para surpresa de todos nós, foram rejeitadas na Câmara; muitas delas melhorando projetos, dando-lhes mais atualidade. Seria incapaz de afirmar que todas as emendas e projetos que aprovamos são bons, são atuais, mas não aceito, sem resposta, as acusações que nos vêm sendo feitas para justificar-se uma reforma que deite por terra o Senado da República, ani-

quilando-o. Há, no Senado, Senadores unicameralistas, por princípio e por ideologia, mas que não justificam o fechamento do Senado, como vem sendo justificado por alguns Srs. Deputados.

(Lendo:)

E, ainda com fina ironia:

"Realmente, os que nada têm a perder, os que querem ganhar são Liberais, os que já ganharam alguma coisa são Conservadores."

E quando no auge da Campanha Abolicionista, alguns deputados apelavam para o Governo no sentido de que usasse a lei para a manutenção da ordem e do equilíbrio social, Nabuco os vergasta deste modo:

"O nobre deputado (Araújo Góis) não quer isto, quer que o direito da reunião, os direitos constitucionais sejam brutalmente esmagados pela tropa. O nobre deputado concorda com o Governo em todos os atos de violência que ele possa praticar, colocando-se fora da lei, porque sabe que com o cumprimento da lei não seria possível levar ao júri aqueles homens e aquelas mulheres que dão asilo em suas casas aos escravos que lhe vão pedir?"

Não é nesse sentido que o nobre deputado aconselhou ao governo que intervenha; e sim para praticar as violências que nós sabemos, para atropelar todos os direitos e todas as leis; é para suspender as liberdades constitucionais, é para suprimir o direito de reunião, é, enfim, exercer todas as tiranias."

O regime naquele tempo era, segundo se diz, sistema parlamentar de governo. Eu venho contestando a tese de que havia parlamentarismo puro naquele tempo porque ainda não entendendo parlamentarismo puro com um poder moderador, com as funções que tinha o Imperador Pedro II. Mas leio e afirmo que havia parlamentarismo no Brasil. Está aqui como funcionavam os partidos, na palavra de Joaquim Nabuco de Araújo, o grande tribuna das liberdades do homem e da cidadania, e da libertação dos escravos.

As leis que ele quer ver executadas são as que coactam a liberdade, são as leis obsoletas da escravidão, são as leis que lembram o Código de Alarcão, são as leis de um direito bárbaro que se perde na noite dos tempos..."

"Quando o nobre presidente do Conselho declarou que nada valiam para S. Exa. as sentenças judiciais em favor da liberdade, eu não me admirei."

Senhores Senadores, fazer história é interessante. Progredimos, mas não muito. Um Presidente do Conselho de Ministros no sistema Parlamentar de Governo é acusado, por Nabuco de ter declarado que nada valiam para ele as sentenças judiciais em favor da liberdade. Então *habeas corpus* e mandados de segurança, existentes naquela época, não valiam para o regime parlamentarista. Desconheciasse, como nos primórdios desse movimento dito revolucionário, os I.P.M., que tinham ignorar, muitas vezes, as sentenças dos nossos Juizes, dos nossos Tribunais. Também no Império assim se procedeu. Não é isso justificando um erro com outro erro. Estou demonstrando que a passagem abrupta do sistema de governo presidencialista para o sistema de governo parlamentarista, com esta mentalidade que temos, não iria resolver nenhum problema.

Nunca vi tanta normação, para que Ministros se mantivessem no poder, como na época do chamado parlamentarismo brasileiro.

Para ter apoio, ter o seu nome referendado, para não haver voto de des-

confiança, no Parlamento, os Ministros viviam conchilhando — faço exceções, é claro — ao lado dos Deputados. Ao lado dos Senadores, não sei, pois aquele tempo eu era Deputado. Trocavam apoio por favores, ou melhor, favores por apoio, o que dá na mesma coisa.

As nomeações choviam. Só no Ministério da Viação, — cujo Ministro aquele tempo e, hoje, um ilustre Governador de Estado — eram tantas que houve uma reunião dos presidentes de partidos com o Presidente da República, convocados para que reclamassem a onda de nomeações, e cada presidente de partido acusava o outro partido. Era então uma disputa para ver quem mais havia nomeado, e a reunião acabou num jantar de confraternização.

Sr. Presidente, a mudança de regime é para evitar-se a eleição do Sr. Carlos Lacerda à Presidência da República? Quem fez Paes de Almeida, em Minas Gerais, provocando essa onda de entusiasmo em torno de seu nome, foi o Governo do Estado de Minas Gerais.

Se um governo muito fez, muito construiu, muito desenvolveu o seu Estado, tem apoio nacionalista, segundo se diz, porque foi o primeiro a enfrentar o problema da HANNA Corporation, condenando a empresa internacional; se um governo sente que tem apoio popular, por que esse governo temer aquele que foi batizado com o nome que hoje é simpático, de "Tião Medonho", Sr. Sebastião Paes de Almeida?

Se a lei não permite o abuso do poder econômico e financeiro nas eleições e se ele estaria tolhido pela lei, por que não se ter deixado que esse cidadão disputasse as eleições?

Criou-se um mito, pela paixão de quem tem medo das urnas. (Soa a campanha.)

C Marechal Teixeira Lott tem o seu prestígio, mas viera de perder uma eleição presidencial. E' indicado. As manifestações vieram, como os votos à sua candidatura. E um homem de setenta e dois anos foi crescendo, foi crescendo foi crescendo... Não precisa nem ir à praça pública e fazer um comício. Se a sua candidatura tiver trânsito no Tribunal, está eleito. Não há dúvida alguma. Nunca fiz esta afirmativa. Faça-a agora. Todas as pesquisas, todos os testes eleitorais lhe são favoráveis.

Em política, toda ação é correspondida por uma reação igual... Igual? Não! Porque a lei da Física não vai caber ali! Maior, em sentido contrário. E' uma inabilidade, fruto da paixão.

A UDN sempre foi muito boa na oposição. Não sabe ser Governo. E' impressionante isto.

Medo do Sr. Carlos Lacerda?

Quem está fazendo o Sr. Carlos Lacerda é a própria revolução que ele promoveu, isto é, o próprio movimento armado que ele promoveu. E' com aquela habilidade satânica, diabólica, terrível, então ele agora se coloca no lugar dos líderes que foram afastados. Nunca vi, naquele tempo, pronunciamentos tão sérios, tão tremendos, contra um Governo constituído, como vejo agora e com a sua audiência, porque continua candidato desse Partido, que é o suporte do Governo atual, atacado violenta e duramente pelo Governador da Guanabara.

Então ele se apresenta como candidato à Presidência da República, contra a revolução que ele ajudou a fazer no País e quando fala em revolução significa movimento armado. Fique bem entendido isto. Por razões políticas, por tática eleitoral, ele está tomando o lugar daqueles que condenavam o imperialismo, por exemplo, norte-americano. Ele hoje é contra a Light, contra a Hanna, contra os grupos internacionais, contra qualquer atitude do Governo que proteja o capital internacional.

Tudo por tática. Ele quer preencher o vazio deixado pelos grupos que foram afastados, alguns dos quais não tinham essa opinião a respeito do capital estrangeiro, nem dessas organizações internacionais.

Então, o Sr. Marechal Lott, o legalista, é uma ameaça à revolução. E o Sr. Carlos Lacerda, que ocupa os microfones, as televisões, os jornais, quase todos os dias, atacando violentamente e, às vezes, numa linguagem que não desejamos nem mesmo reproduzir, os homens que estão no poder, não constitui perigo nenhum? Das duas, uma: ou há um acordo secreto entre os dois grupos, ou então o grupo que está no poder não tem poder. Ou então admite a crítica mais violenta do que a feita pela oposição, porque de parceiro. (Soa a campanha.)

Sr. Presidente, terminarei.

Não toque nem de leve nas decisões do Judiciário, que eu respeito. No dia em que o Judiciário for desrespeitado, no dia em que os Tribunais forem desrespeitados e desmoralizados, não haverá mais segurança. Qualquer decisão que for tomada pelos nossos Tribunais, a respeito das candidaturas Paes de Almeida ou Lott, ou outra qualquer, mesmo discordando, será respeitada por nós, por mim pelo menos. Porque, se a Revolução e o Governo de Minas vetaram Paes de Almeida e o Tribunal mineiro pelo estudo feito, confirmou a candidatura, não vejo por que respeitarmos aquele e desrespeitarmos o da Guanabara. Há instâncias superiores. Esperemos o julgamento dos tribunais, mesmo porque a Justiça sabe que nós estamos numa época em que a lei deve ser executada e aqueles que recorrerem para os tribunais devem ter o seu amparo para que toda a justiça seja realizada.

Sr. Presidente, chamado por V. Exa., termino estas considerações, continuando depois o estudo comparativo entre situações passadas e presentes, para concluirmos que temos de criar no mundo novo que formar no Brasil novo uma nova mentalidade, porque o povo está cansado de tanto sofrer e de tanto ser ludibriado.

E aproveito, Sr. Presidente, para agradecer, sensibilizado, as mensagens, que estão chegando, de apoio às nossas atitudes e de condenação ao articulista daquele jornal que, ferindo os princípios éticos, nos ataca sem que acolha nossa defesa espontaneamente.

Felizmente, na "Voz do Brasil", a nossa defesa, sintética é verdade, tem sido transmitida para o povo brasileiro; e se não temos tido a acolhida nalguns órgãos da imprensa, as ondas hertzianas estão levando a nossa voz e, de toda a parte, sentimos aquela alegria de quem cumpre com o seu dever. A primeira, pelo apoio dos colegas, a segunda pelo apoio daqueles que têm ouvido a nossa defesa, que estão sendo esclarecidos e que sentiam profunda decepção se traíssemos os nossos princípios, os nossos ideais, o nosso passado.

E quando eu disse, ontem, que viria quantas vezes fossem necessárias a esta tribuna, para esclarecer o povo da nossa posição, é porque, inclusive, Sr. Senadores, eu tenho filhos.

Já tenho uma que é professora, um que está no pré-universitário, outra no curso normal e um garotinho que nasceu na Guanabara e que é a abençoada de nossos olhos. E eu preciso explicar, inclusive para que os meus filhos, em sendo tantas vezes interpelados, possam dizer: "O meu pai não calou; o meu pai respondeu; aqui estão as palavras de meu pai". Eles têm orgulho do pai que possui, que tantos erros tem cometido na vida, mas não aqueles de que vem sendo acusado, de traidor dos seus prin-

cípios, de traidor da Pátria, de traidor do mandato popular, de traidor das instituições democráticas.

Sempre me encontraram e me encontrarão sempre ao lado da Democracia, contra qualquer tipo de ditadura!

Sr. Presidente e nobres Senadores, eis mais um pronunciamento que sintetiza a nossa posição e, ao mesmo tempo, a nossa preocupação com esta mudança de regime que o povo não está entendendo, porque provocada neste instante, neste momento, nesta situação.

A verdade é esta: não há ditadura que destrua a Democracia; só a Democracia se destrói a si mesma, quando os democratas são indignos dela! (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — A Presidência deferiu, hoje, os Requerimentos ns. 582 e 583, apresentados ontem pelo nobre Senador Vasconcelos Torres, em que S. Exa. solicita informações a serem prestadas pelo Sr. Ministro da Fazenda.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — O Sr. Senador Daniel Krieger enviou à Mesa comunicação que vai ser lida pelo Sr. 1º Secretário.

E' lida a seguinte

COMUNICAÇÃO

Em 31 de agosto de 1965

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, de acordo com o disposto no art. 73-A do Regimento Interno, que esta Liderança deliberou indicar o Sr. Senador Heribaldo Vieira para substituir, temporariamente na Comissão de Minas e Energia, o Sr. Senador José Cândido.

Atenciosas saudações. — Daniel Krieger, Líder da UDN.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — A Presidência designa o Sr. Senador Heribaldo Vieira, a substituição pedida.

O SR. PRESIDENTE (Guido Mondim) — O Sr. 1º Secretário vai proceder à leitura de requerimento que envia à Mesa o nobre Senador Pedro Ludovico.

E' lido o seguinte:

REQUERIMENTO

Nº 590, de 1965

Nos termos do art. 39 do Regimento Interno, requero licença para me afastar dos trabalhos do Senado pelo prazo de 95 dias.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1965. — Pedro Ludovico.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — O requerimento que acaba de ser lido não depende de apoio nem de discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados (Pausa).

Está aprovado.

De acordo com a orientação seguida no Senado, não tendo sido mencionado no requerimento, a data do início da licença, essa se contará a partir da publicação, quando, então, será convocado o respectivo suplente.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — O Sr. 1º Secretário vai proceder à leitura de requerimento de informações.

E' lido o seguinte:

REQUERIMENTO

Nº 591, de 1965

Senhor Presidente,

Nos termos do Regimento Interno, venho requerer a V. Exa. sejam solicitadas ao Poder Executivo através dos Ministérios da Fazenda, da Educação e da Saúde, as seguintes informações:

1º Quais as entidades culturais, beneficentes, hospitalares e assistenciais do Distrito Federal, devidamente registradas no Conselho Nacional do Serviço Social, contempladas no Orçamento da União para o exercício financeiro do corrente ano, que deixaram de receber, até a presente data, as respectivas subvenções ordinárias ou extraordinárias?

2º Quais os motivos que a-terminaram, em cada caso, o não pagamento pelo Tesouro Nacional das subvenções a que se refere o item anterior?

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1965. — Gilberto Marinho.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e, em seguida, será despachado pela Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Guido Mondim) — O Sr. 1º Secretário vai proceder à leitura de Projetos-de-Resolução da autoria da Comissão Diretora.

São lidos os seguintes

PROJETO DE RESOLUÇÃO

Nº 82, de 1965

Aposenta Leilah de Góes Cardoso, Oficial Legislativo, PL-6, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Artigo único. E' aposentado, com os vencimentos integrais e a gratificação adicional a que faz jus nos termos do art. 191, item 1, da Constituição Federal, combinado com o art. 341, item III, da Resolução nº 4, de 1960, a Oficial Legislativo, PL-6, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Leilah de Góes Cardoso.

Justificação

Comunica o Serviço de Biometria Médica, do Ministério da Saúde, que após exame feito na citada funcionária, a Junta Médica concluiu pela sua invalidez.

Achava-se a referida servidora no Rio, em tratamento, visto se encontrar praticamente cega.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1965. — Auro Moura Andrade. — Gilberto Marinho. — Joaquim Parente. — Guido Mondim. — Vasconcelos Torres.

Legislação Citada

Art. 191 — O funcionário será aposentado:

I — por invalidez;

Resolução nº 6, de 1960

Art. 341. O funcionário será aposentado com vencimentos integrais.

III — Quando acometido de tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, lepra, paralisia, cardiopatia grave, outras que a lei indicar, com base de conclusões da medicina especializada.

Francisco Lopez

III — Quando acometido de tuberculose ativa, alienação mental, hco-plasia maligna, cegueira, lepra. para-

S. Ex^a será atendido.

Senhor Presidente. Acho justa e oportuna a pretensão dos livreiros patrióticos. As numerosas editoras insitadas no país muito vêm fazendo, bem o sabemos, para manter o mercado nacional abastecido de textos

E' o que se deduz do primeiro periodo do relatório aprovado pela Comissão de Finanças desta Casa do Congresso Nacional.

As contas foram consideradas tão importantes que a Comissão decidiu, aprovando parecer preliminar do Ilustre Senador Leite Neto, do Estado de Sergipe, cuja terra agora, cujo subsolo representa uma das grandes esperanças para a economia brasileira, em virtude da grande quantidade de petróleo ali existente, convidar o Presidente da Petrobrás para prestar esclarecimentos sobre os dados contidos, textualmente, no relatório aprovado pelo Tribunal de Contas.

Decidiu igualmente, que a SUMOC forneça pedidas informações sobre o índice de desvalorização de nossa moeda, de 1957 a 1961.

Pasme esta Casa, se ainda pudermos apresentar admiração pelo que vem acontecendo. As diligências solicitadas não foram, até o presente, cumpridas. Que presente? Maio de 1965. Então, a Comissão do Senado solicita que o Presidente da PETROBRAS compareça para lhe prestar informações, esclarecimentos sobre dados contidos num Relatório aprovado pelo Tribunal de Contas, e, não comparando S. Sa. à Comissão deu-se andamento ao processo, sem que isto tivesse qualquer significação, sem que isto significasse um golpe tremendo na soberania do Senado? São pedidas informações à SUMOC. Nega-se a SUMOC a dá-las, pois até agora não revelou qualquer interesse em satisfazer ao pedido do Senado, e isto não tem sentido nenhum?! Onde está a autoridade constitucional do Senado da República? Como poderá julgar, se a sua autoridade não é reconhecida?! Onde a harmonia dos Poderes?! Desapareceu...

Agora, tenho a impressão de que o motivo que levou a Comissão de Finanças a aceitar a conclusão do parecer do Relator, é uma espécie de manifestação de repulsa ao ato do Poder Executivo, no caso o Ministério da Fazenda e da direção da PETROBRAS, que desmoralizou o Senado ou tentou desmoralizá-lo sem qualquer reação. A conclusão é esta: "Face ao considerado, tomando conhecimento das contas etc. nada temos a sugerir".

Nunca vi parecer mais estranho e aprovado por unanimidade! A Comissão nada tem a sugerir, logo vamos aprovar o seguinte: "que, sobre o assunto, nada temos a sugerir". E' isto que nós vamos aprovar. O Senado da República nada tem a sugerir porque o Senado sugeriu a presença do Presidente da PETROBRAS que se negou ou não tomou conhecimento do assunto. Senado sugeriu informação ao Ministro da Fazenda, da SUMOC, que não deu a menor atenção ao Senado. Consequentemente, nada temos a sugerir sobre o assunto "Contas da Petrobrás".

E, assim, perdemos nosso poder. E, assim, nos aniquilamos velozmente, ou apressadamente, porque não considero que o Poder desarmado tenha força moral ou força constitucional para receber informações. Daíora por diante, virá ao Senado quem quiser vir, prestará informações quem quiser prestá-las. E se agora o Senado não tomar uma atitude, não terá força moral para, em outra conjuntura, em outra situação semelhante a esta, sugerir comparecimento de quem quer que seja ou informações de quem quer que seja, de qualquer Ministro.

Sr. Presidente, o que me traz à Tribuna é justamente este fato. Como pertencio a um pequeno partido não tenho força política. E' até estranho que eu esteja na tribuna para protestar. E' bem verdade que amanhã um jornal poderá publicar, o O Globo, na coluna do Sr. Carlos Swann, que eu estive hoje aqui dando apoio à Presidência da Petrobrás que não atendeu à convocação do Senado; dando apoio ao Ministro da Fazenda que não atendeu a pedido de informação do Senado e eu virei a esta tribuna e lerei o Diário do Congresso com as minhas palavras próprias lidas

hoje e ficará por isso mesmo. E, então, os deputados federais dirão que o Senado não mais terá razão de existir e eu não poderei protestar, como hoje o fiz, contra o pronunciamento de deputados federais colocando o Senado numa posição — que o Senado não vem tendo — de órgão inoperante, desnecessário, um apêndice supurado que deveria ser cotado.

Proteste, hoje, quando fui à Câmara e revererei contra a atitude de um deputado, numa conversa entre parlamentares e é presente. Mas, se tomarmos uma atitude em face disto, então será um apêndice mesmo. Então, não mais posso ir à Câmara protestar contra expressões de deputados que querem o fechamento do Senado sem refletir que o fechamento do Senado, nesta conjuntura, poderia ser também o fechamento da Câmara. E aí não haveria mais democracia porque pode haver ditadura com o Congresso funcionando, mas não haverá democracia, jamais, sem Congresso!

Então, venho a esta tribuna porque eu não sei como votar num parecer que conclui: "Nada temos a sugerir". A conclusão é esta.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Em votação o Parecer.

Lembro que os Pareceres, quando objeto de deliberação do Plenário, são votados nas suas conclusões. Neste caso, a Comissão de Finanças, deliberando nada ter a sugerir sobre as contas da Petrobrás, deixou de enunciar a conclusão a ser votada pelo Plenário. Essa conclusão, entretanto, decorre do próprio pronunciamento da Comissão, não podendo ser outro senão a do arquivamento da matéria. E' neste sentido a consulta ao Plenário e neste sentido o seu voto.

Os Srs. Senadores que concordarem com o Parecer da Comissão de Finanças, queiram permanecer sentados. (Pausa).

O SR. AURÉLIO VIANA:

Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Tem a palavra o nobre Senador Aurélio Viana.

O SR. AURÉLIO VIANA:

(Para uma questão de ordem — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, esta interpretação, data venia, que V. Exa. dá é diferente da da Comissão. A Comissão não pediu o arquivamento da proposição. Interpreto, como interpretei da tribuna, que a Comissão, realmente, com essas conclusões, repele o ato do Executivo e chama a atenção da Casa para um pronunciamento: não pede o arquivamento da proposição.

O SR. MEM DE SA — Sugiro, nesse caso, que V. Exa. requeira a volta da matéria à Comissão no sentido de ela ser mais explícita.

O SR. AURÉLIO VIANA — Faço minhas as palavras do S. Mem de Sá.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — V. Exa. terá que encaminhar o requerimento sobre o assunto. (Pausa).

Sobre a mesa requerimento do nobre Senador Aurélio Viana que vai ser lido.

E' lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 594, de 1965

Requeiro a retirada da Ordem do Dia do Parecer nº 546, de 1965, para que sobre o mesmo se manifeste a Comissão de Finanças.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1965. — Aurélio Viana.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Em consequência, a matéria volta à Comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE — (Guido Mondin)

Item 3:

Discussão, em primeiro turno (com apreciação preliminar da constitucionalidade nos termos do art. 265 do Regimento Interno) do Projeto de Lei do Senado nº 45, de 1965, de autoria do Senador Senador Eduardo Assmar, que dispensa do imposto de renda, a partir do corrente exercício, pelo espaço de vinte anos, toda atividade industrial que se exerça na Amazônia legal, tendo Parecer, sob nº 1.023, de 1965, da Comissão de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade...

Em discussão o projeto quanto à constitucionalidade. (Pausa).

Não há manifestações da Casa. Vou dar a discussão por encerrada. Está encerrada a discussão.

Em votação o projeto, quanto à preliminar.

Votar-se-á o parecer contrário ao projeto.

Os Senhores Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa).

Aprovado o parecer.

O projeto será arquivado.

E' o seguinte o projeto rejeitado, que será arquivado:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 45, DE 1965

Dispensa do imposto de renda, a partir do corrente exercício, pelo espaço de vinte anos, toda atividade industrial que se exerça na Amazônia legal.

As Comissões de Constituição e Justiça, de Economia e de Finanças. Em 5-8-1965. — Guido Mondin.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São isentas, pelo prazo de vinte anos, a partir do exercício de 1966, do pagamento do Imposto de Renda, todas as pessoas jurídicas, seja qual for a forma de que se evistam, que exercerem na Amazônia atividade industrial, de forma exclusiva ou preponderante, inclusive indústria de transportes, extrativa, agrícola ou pecuária.

Art. 2º Serão abatidas da renda bruta das pessoas físicas que os perceberem os rendimentos que constituam tributação de lucros, sob qualquer forma, pelas sociedades de que trata o art. 1º desta lei.

Art. 3º Entende-se como Amazônia, para os efeitos desta lei, a região, como tal definida no art. 2º da Lei número 1.808, de 6 de janeiro de 1953.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor à data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Em votação o requerimento, lido na hora do Expediente, solicitando nos termos do art. 330, 5-b, do Regimento, urgência para o Projeto de Decreto Legislativo nº 33-65, que concede anistia por infração eleitoral.

O SR. AURÉLIO VIANA:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, conforme V. Exa. verifica, não há no plenário nem 15 Senhores Senadores. Como poderemos votar matéria de tal magnitude, se não temos número?

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Há número na Casa, Sr. Senador Aurélio Viana. Vou tentar fazer com que os Srs. Senadores venham a Plenário. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE:

— Em votação o requerimento. Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

O SR. AURÉLIO VIANA:

— Sr. Presidente, requeiro verificação da votação.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Vai-se proceder à verificação da votação requerida pelo nobre Senador Aurélio Viana.

Queiram levantar-se os Srs. Senadores que aprovam o requerimento. (Pausa.)

Votaram a favor do requerimento, 20 Srs. Senadores.

Os Srs. Senadores que votam contra, queiram se levantar. (Pausa.)

Votaram contra, 6 Srs. Senadores.

Não há número. O Sr. 1º Secretário vai proceder à chamada.

(Procede-se à chamada)

RESPONDEM "SIM" OS SRS. SENADORES:

Goldwasser Santos
Oscar Passos
Edmundo Levi
Pedro Carneiro
Victorino Freire
Joaquim Parente
Siegfriedo Pacheco
José Bezerra
Pessoa de Queiroz
Silvestre Péricles
Jose Leite
Aloysio de Carvalho
Josephat Marinho
Paulo Barros
Gilberto Marinho
Benedicto Valladares
Lino de Mattos
Moura Andrade
Pedro Ludovico
Filinto Müller
Gastão Müller
Adolpho Franco
Celso Branco
Attilio Fontana
Daniel Krieger
Mem de Sá

RESPONDERAM "NÃO", OS SRS. SENADORES:

Vivaldo Lima
Heribaldo Vieira
Aurélio Viana
Mello Braga

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Votaram a favor, 26 Srs. Senadores; contra, 4 Senhores Senadores. Não houve quorum. A matéria ficará para ser examinada na sessão seguinte.

(Guido Mondin) — Esgotada a matéria da Ordem do Dia. (Pausa.) Não há oradores inscritos. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Lembro aos Srs. Senadores que, hoje, haverá duas sessões conjuntas do Congresso Nacional: às 21,30 horas, para votação do Projeto de Lei nº 8, de 1965; e outra, às 22 horas, para apreciação de veto presidencial. Amanhã, às 9,30 horas, e a noite, às 21,30 horas, haverá sessões conjuntas do Congresso, para apreciação de vetos presidenciais.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão, designando para a próxima a seguinte

ORDEM DO DIA

SESSÃO DE 1º DE SETEMBRO DE 1965

(Quarta-feira)

1

Votação em turno único, do Requerimento nº 592, de 1965, pelo qual os Srs. Senadores Wilson Gonçalves

(Líder do PSD em exercício), Oscar Passos (Líder do PTB em exercício) e Daniel Krieger (Líder da UDN), solicitam urgência, nos termos do art. 326, nº 5-b, do Regimento Interno, para o Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 1965, que concede anistia por infração eleitoral.

3

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 52, de 1965, que suspende a execução dos arts. 6º, § 2º, 21, letras i e m, 1ª parte, 37, letra d, 44, 45, 65, letras a, b, c, d, 66, 77, § 1º, 83, 87 e 148 da Constituição do Estado de São Paulo, de 9 de julho de 1947, e dos arts. 3º, nº 1 (quanto a prefeitos), 28 e 30, letra f do Ato das Disposições Transitorias, declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (Projeto apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça como conclusão de seu Parecer nº 567, de 1965).

3

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 83, de 1965, de autoria da Comissão Diretora, que apresenta Leilah de Góes Cardoso, Oficial Legislativo, PL-6, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

4

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 83, de 1965, de autoria da Comissão Diretora, que apresenta Francisco Louzada, Inspetor de Segurança, PL-8, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

5

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 84, de 1965, de autoria da Comissão Diretora, que apresenta Geraldo Teodoro Ferreira, Auxiliar de Portaria, PL-8, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

6

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 129, de 1964, originário da Câmara dos Depu-

tados (nº 51-A-63, na Casa de origem), que aprova o ato do Tribunal de Contas da União, denegatório de registro a termo de contrato celebrado entre a Sexta Região Militar e o Engenheiro Civil Clodoaldo Vieira Pessoa, para construção de casas para oficiais e sargentos, tendo Pareceres favoráveis sob ns. 940 e 941, de 1965, das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

7

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 1965, originário da Câmara dos Deputados (nº 208-B-65, na Casa de origem), que determina o registro, pelo Tribunal de Contas da União, do Convênio celebrado, em 30 de março de 1964, entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira do Sudoeste do País e a Sociedade Educadora e Beneficente do Sul, do Rio Grande do Sul, tendo Parecer favorável, sob número 1.039, de 1965, da Comissão de Finanças.

8

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 1962 (nº 1.317-B-59, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a ceder ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, para instalação de sua sede, o edifício onde funciona o Ministério da Viação e Obras Públicas, tendo Parecer favorável, sob nº 381, de 1964, da Comissão de Finanças, com restrições do Sr. Senador Aurélio Vianna.

Nota: O Projeto foi retirado da Ordem do Dia, na Sessão de 18 de maio último, em virtude da aprovação do Requerimento nº 219-65, para audiência dos Ministérios da Viação e Obras Públicas e da Fazenda (diligência cumprida, com pronunciamentos contrários dos Ministérios).

9

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 295, de 1934 (nº 1.303-B-59, na Casa de origem), que concede autonomia ao Instituto

Nacional de Educação de Surdos, tendo Pareceres contrários, sob números 221 e 222, de 1965, das Comissões de Educação e Cultura e de Finanças.

10

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 140, de 1965 (nº 2.019-B-64, na Casa de origem), que prorroga por 2 (dois) anos o prazo fixado no art. 1º da Lei nº 3.640, de 10 de outubro de 1959, que dispõe sobre os exames de habilitação para os Auxiliares de Enfermagem e Parteiros Práticos, tendo Parecer favorável, sob nº 1.000, de 1965, da Comissão de Saúde.

11

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 142, de 1965 (nº 2.513-B-65, na Casa de origem), que reorganiza o Quadro do Pessoal da Justiça do Trabalho da Segunda Região, e dá outras providências, tendo Parecer, sob nº 1.046, de 1965, da Comissão de Serviço Público Civil, sugerindo a tramitação em conjunto com o PLC-18-63, de acordo com o art. 225, letra b, da Resolução número 2-1959.

12

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 158, de 1965 (nº 1.637-B-64, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a abrir, através do Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000.000 (cinco bilhões de cruzeiros), destinado a atender às despesas decorrentes da participação da União na constituição do capital da Empresa Brasileira de Telecomunicações, tendo Parecer favorável, sob nº 1.045, de 1965, da Comissão de Finanças.

13

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 160, de 1965 (nº 3.027-B-65, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que dispõe sobre a transferência de cargos e dos respectivos servidores do Escritório Técnico da

Cidade Universitária da Universidade do Brasil, para o Quadro do Pessoal, Parte Permanente, do Departamento Administrativo do Serviço Público e vice-versa, e dá outras providências; tendo Pareceres favoráveis, sob números 1.037 e 1.038, de 1965, das Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças.

14

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 161, de 1965 (nº 3.032-B-65, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que concede pensão especial a Paulo Soares, ex-servidor do Ministério da Guerra, tendo Pareceres favoráveis, sob números 1.034 e 1.035, de 1965, das Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças.

Está encerrada a Sessão.

(Levanta-se a Sessão às 17 horas).

SECRETARIA

ATOS DO SR. DIRETOR-GERAL

PORTARIA Nº 87 DE 31 DE AGOSTO DE 1965

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve nos termos do artigo 208 da Resolução nº 6-60, suspender por cinco (5) dias, o servidor José Francisco de Assis, Ajudante da Portaria, FT-7, por falta grave, a partir do dia 30 do corrente mês.

Secretaria do Senado Federal, em 31 de agosto de 1965. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

Republique-se por ter saído com incorreções.

PORTARIA Nº 84 DE 25 DE AGOSTO DE 1965

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve designar Arlindo Armino Henriques, Auxiliar de Portaria, PL-8 para prestar serviço junto ao Serviço de Ponto.

Secretaria do Senado Federal, 25 de agosto de 1965. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

26ª REUNIAO, ORDINARIA REALIZADA NO DIA 26 DE AGOSTO DE 1965.

As 16 horas do dia 26 de agosto de 1965, na Sala das Comissões, sob a presidência do Senhor Senador Afonso Arinos, presentes os Senhores Senadores Jefferson de Aguiar, Josaphat Marinho, Edmundo Levi, Heribaldo Vieira, Aloysio de Carvalho, Menezes Pimentel e Wilson Gonçalves, reúne-se a Comissão de Constituição e Justiça.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Ruy Carneiro, Antônio Balbino, Arthur Virgílio e Bezerra Neto.

É dispensada a leitura da ata da reunião anterior e, em seguida, aprovada.

Das projetos constantes da pauta, são relatados os seguintes:

Pelo Senador Josaphat Marinho

— Pelo arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 38 de 1960 — Insttut, os distritos eleitorais para eleição dos deputados federais.

ATAS DAS COMISSÕES

— Pela sustação do Projeto de Lei do Senado nº 68 de 1964, o qual deverá ser anexado ao Projeto de Lei da Câmara em tramitação na outra Casa do Congresso, sobre a mesma matéria — Regula a cobrança do imposto de vendas e consignações nos Estados.

Submetidos os pareceres à discussão e votação, sem restrições são aprovados, tendo o Senador Aloysio de Carvalho se declarado de acordo com a providência sugerida, sem embargo da inconstitucionalidade da matéria, por iniciativa do Senado quanto ao Projeto de Lei do Senado número 38 de 1964.

Pelo Senador Jefferson de Aguiar

— Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 133 de 1965 — Autoriza o Poder a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 6.749.999 (seis milhões setecentos e quarenta e nove mil, oitocentos e noventa e nove cruzeiros), para regularização de despesas decorrentes da visita no Brasil de

personalidades ilustres, no exercício de 1960.

— Pelo arquivamento do Projeto de Resolução nº 85 de 1964 — sobre o Ofício nº 13-P(IV), de 27 de fevereiro de 1964 do Presidente do Supremo Tribunal Federal encaminhando cópia autenticada de acordo de Recurso Extraordinário nº 29.285, do Estado de Minas Gerais, declarando a invalidade do artigo 169 da Constituição Estadual, no limitar e competência impositiva dos Municípios, em face do artigo 28 da Federal.

— Pela aprovação, com as subemendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 127 de 1965 — Dispõe sobre a entrega das cotas dos impostos de renda e de consumo aos Municípios, nos termos da Emenda Constitucional número 3, de 1961, e dá outras providências.

Os Pareceres são aprovados pela Comissão, tendo os Senadores Aloysio de Carvalho e Heribaldo Vieira se declarados vencidos quanto a subemenda nº 2.

Pelo Senador Edmundo Levi

— Apresenta vista, com emenda supressiva, no Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 1965 — Cria Juntas de Conciliação e Julgamento e dá outras providências.

Submetido à discussão e votação, é o voto do Senador Edmundo Levi aprovado.

Pelo Senador Menezes Pimentel

— Pela juridicidade e constitucionalidade do projeto e das emendas de plenário ao Projeto de Lei da Câmara nº 121 de 1965 — Dispõe sobre a fixação dos limites da área do Polígono das Secas nos Estados da Bahia, Pernambuco e Minas Gerais.

Submetido o parecer à discussão, o Senador Heribaldo Vieira sugere o pronunciamento da SUDENE e do DNOCS sobre o projeto e as suas respectivas emendas.

A proposta do Senador Heribaldo Vieira é aprovada por maioria de votos pela Comissão.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Hugo Rodrigues de Figueiredo, Secretário "ad hoc", a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÕES PERMANENTES

MESA

Presidente	—	Moura Andrade (PSD)
Vice-Presidente	—	Nogueira da Gama (PTB)
1º Secretário	—	Dinarte Maris (UDN)
2º Secretário	—	Gilberto Marinho (PSD)
3º Secretário	—	Adalberto Sena (PTB)
4º Secretário	—	Cattete Pinheiro (PTN)
1º Suplente	—	Joaquim Parente (UDN)
2º Suplente	—	Guido Mondin (PSD)
3º Suplente	—	Vasconcellos Torres (FTB)
4º Suplente	—	Raul Giuberti (PSP)

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO (PSD) — 22 representantes

1. José Guimomar — Acre	12. Antonio Balbino — Bahia
2. Lobão da Silveira — Pará	13. Jefferson de Aguiar — E. Santo
3. Eugênio Barros — Maranhão	14. Gilberto Marinho — Guanabara
4. Sebastião Archer — Maranhão	15. Moura A. — São Paulo
5. Victorino Freire — Maranhão	16. Fontana — S. Catarina
6. Sigefredo Pacheco — Piauí	17. Guido Mondin — R. G. Sul
7. Menezes Pimentel — Ceará	18. Benedito Valladares — Minas Gerais
8. Wilson Gonçalves — Ceará	19. Filinto Müller — Mato Grosso
9. Walfredo Gurgel — R. G. Norte	20. José Feliciano — Goiás
10. Ruy Carneiro — Paraíba	21. Juscelino Kubitschek — Goiás
11. José Leite — Sergipe	22. Pedro Ludovico — Goiás

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB) — 17 representantes

1. Adalberto Sena — Acre	9. Barros Carvalho — Pernambuco
2. Oscar Passos — Acre	10. Pessoa de Queiroz — Pernambuco
3. Vivaldo Lima — Amazonas	11. José Ermirio — Pernambuco
4. — — — Amazonas	12. Silvestre Péricles — Alagoas
5. Arthur Virgílio — Amazonas	13. Vasconcelos Torres — R. Janeiro
6. Antônio Jucá — Ceará	14. Nelson Maculan — Paraná
7. Dix Huit Rosado — R. G. Norte	15. Melo Braga — Paraná
8. Argemiro de Figueiredo, Paraíba	16. Nogueira da Gama — M. Gerais
	17. Bezerra Neto — Mato Grosso

UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL (UDN) — 16 representantes

1. Zacharias de Assumpção — Pará	9. Afonso Arino — Guanabara
2. Joaquim Parente — Piauí	10. Padre Calazans — São Paulo
3. José Cândido — Piauí	11. Adolpho Franco — Paraná
4. Dinarte Mariz — R. G. Norte	12. Irineu Bornhausen — S. Catarina
5. João Agripino — Paraíba	13. Antônio Carlos — S. Catarina
6. Rui Palmeira — Alagoas	14. Daniel Krieger — R. G. Sul
7. Heribaldo Vieira — Sergipe	15. Milton Campos — Minas Gerais
8. Eurico Rezende — E. Santo	16. Lopes da Costa — Mato Grosso

PARTIDO LIBERTADOR (PL) — 2 representantes

1. Aloysio de Carvalho — Bahia
2. Mem de Sá — Rio Grande do Sul

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN) — 2 representantes

1. Cattete Pinheiro — Pará
2. Lino de Mattos — São Paulo

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA (PSP) — 2 representantes

1. Raul Giuberti — Espírito Santo
2. Miguel Couto — Rio de Janeiro

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB) — 1 representante

1. Aurélio Viana — Guanabara

MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR) — 1 representante

1. Aarão Steinbruch — Rio de Janeiro

PARTIDO REPUBLICANO (PR) — 1 representante

1. Júlio Leite — Sergipe

PARTIDO DEMOCRATA CRISTAO (PDC) — 1 representante

1. Arnon de Mello — Alagoas

SEM LEGENDA

1. Josephat Marinho — Bahia
2. Heribaldo Vieira — Sergipe

RESUMO

Partido Social Democrático (PSD)	22
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	17
União Democrática Nacional (UDN)	16
Partido Libertador (PL)	2
Partido Trabalhista Nacional (PTN)	2
Partido Social Progressista (PSP)	2
Partido Socialista Brasileiro (PSB)	1
Partido Republicano (PR)	1
Partido Demócrata Cristão (PDC)	1
Movimento Trabalhista Renovador (MTR)	1
Total	65
Sem legenda	1
Total	66

BLOCOS PARTIDARIOS

BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE

PSP	2 Senadores
PTN	2 Senadores
PSB	1 Senador
PR	1 Senador
MTR	1 Senador
PDC	1 Senador
Sem legenda	2 Senadores

LIDERANÇAS

Líder do Governo	Vice-Líder
Daniel Krieger (UDN)	Mem de Sá

BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE

Líder	Josaphat Marinho (sem legenda).
Lino de Mattos (PTN)	Aarão Steinbruch (MTR)
Vice-Líderes	Miguel Couto (PSP)
Aurélio Viana (PSB)	Arnon de Mello (PDC)
Júlio Leite (PR)	Dilton Costa (PR)

II PARTIDOS

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO (PSD)

Líder
Filinto Müller
Vice-Líderes
Wilson Gonçalves
Sigefredo Pacheco
Walfredo Gurgel
Victorino Freire

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB)

Líder
Barros Carvalho
Vice-Líderes
Bezerra Neto
Oscar Passos
Antônio Jucá
Edmundo Levi

UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL (UDN)

Líder
Daniel Krieger
Vice-Líderes
Eurico Rezende
Adolpho Franco
Padre Calazans
Heribaldo Vieira

PARTIDO LIBERTADOR (PL)

Líder
Mem de Sá
Vice-Líder
Aloysio de Carvalho

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

Líder
Miguel Couto
Vice-Líder
Raul Giuberti

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN)

Líder
Lino de Mattos
Vice-Líder
Cattete Pinheiro

III — PARTIDOS DE UM SO REPRESENTANTE

MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR)

PARTIDO DEMOCRATA CRISTAO (PDC)

Representante
Arnon de Mello
Partido Republicano (PR)
Representante
Júlio Leite

PARTIDO SOCIALISTA

Representante
Aurélio Viana

AGRICULTURA

Presidente: José Ermirio
Vice-Presidente: Eugênio Barros

PSD

TITULARES	SUPLENTE
Eugênio Barros	1. José Leite
José Feliciano	2. Atílio Fontana

PTB

José Ermirio	1. Dix-Huit Rosado
Nelson Maculan	2. Antônio Jucá

UDN

Lopes da Costa	1. Daniel Krieger
Antônio Carlos	2. João Agripino

BPI

Dilton Costa	1. Aurélio Viana
--------------	------------------

Secretário: J. Ney Passos Dantas
Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Presidente: Afonso Arinos
Vice-Presidente: Wilson Gonçalves

PSD

TITULARES	SUPLENTE
Jefferson de Aguiar	1. Menezes Pimentel
Antônio Balbino	2. José Feliciano
Wilson Gonçalves	3. Filinto Müller
Ruy Carneiro	4. Benedito Valladares

Edmundo Levi
Benedito Neto
Arthur Virgílio

PTB

1. Argemiro Figueiredo
2. Mello Braga
3. Oscar Passos

UDN

Afonso Arinos
Heribaldo Vieira
Aloysio de Carvalho

1. Daniel Krieger
2. Eurico Rezende
3. João Agripino

BPI

Josaphat Marinho

1. Aarão Steinbruch

Secretário: Maria Helena B. Brandão

Reuniões: Quintas-feiras às 16 horas

DISTRITO FEDERAL

Presidente: Aurélio Vianna

Vice-Presidente: Pedro Ludovico

PSD

TITULARES

Pedro Ludovico
Walfredo Gurgel

SUPLENTE

1. José Feliciano
2. Benedito Valladares

PTB

Arthur Virgílio
Mello Braga

1. Bezerra Neto
2. Antônio Jucá

UDN

Eurico Rezende
Heribaldo Vieira

1. Zacharias de Assunção
2. Lopes da Costa

BPI

Aurélio Vianna

1. Lino de Barros

Secretário: Alexandre Mello

Reuniões: Terças-feiras, às 10 horas.

ECONOMIA

Presidente: Atílio Fontana

Vice-Presidente: José Ermírio

PSD

TITULARES

Atílio Fontana
José Feliciano
José Leite

SUPLENTE

1. Jefferson de Aguiar
2. Sigefredo Pacheco
3. Sebastião Archer

PTB

José Ermírio
Nelson Maculan

1. Bezerra Neto
2. Mello Braga

UDN

Adolpho Franco
Lopes da Costa
Irineu Bornhausen

1. Zacharias de Assunção
2. José Cândido
3. Mem de Sá

BPI

Miguel Couto

1. Aurélio Vianna

Secretária: Aracy O'Reilly de Souza

Reuniões: Quintas-feiras, às 16.30 horas.

EDUCAÇÃO E CULTURA

Presidente: Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Padre Calazans

PSD

TITULARES

Menezes Pimentel
Walfredo Gurgel

SUPLENTE

1. Benedito Valladares
2. Sigefredo Pacheco

PTB

Antônio Jucá
Arthur Virgílio

1. Edmundo Levi
2. Mello Braga

UDN

Padre Calazans
Mem de Sá

1. Afonso Arinos
2. Faria Tavares

BPI

Arnon de Mello

1. Josaphat Marinho

Secretária: Aracy O'Reilly de Souza

Reuniões: Quintas-feiras, às 16.30 hs.

FINANÇAS

Presidente: Argemiro de Figueiredo

Vice-Presidente: Irineu Bornhausen

TITULARES

Victorino Freire
Lobão da Silveira
Sigefredo Pacheco
Wilson Gonçalves
Walfredo Gurgel

PSD

SUPLENTE

1. Atílio Fontana
2. José Guimard
3. Eugênio Barros
4. Menezes Pimentel
5. Pedro Ludovico

PTB

Argemiro Figueiredo
Bezerra Neto
Pessoa de Queiroz
Antônio Jucá

1. José Ermírio
2. Edmundo Levi
3. Mello Braga
4. Oscar Passos

UDN

Faria Tavares
Irineu Bornhausen
Eurico Rezende

1. João Agripino
2. Adolpho Franco
3. Daniel Krieger

PL

Mem de Sá

1. Aloysio de Carvalho

BPI

Aurélio Vianna
Lino de Barros

1. Josaphat Marinho
2. Miguel Couto

Secretário: Hugo Rodrigues de Figueiredo
Reuniões: Quintas-feiras às 10 horas.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Presidente: José Feliciano

Vice-Presidente: Nelson Maculan

PSD

SUPLENTE

José Feliciano
Atílio Fontana

1. Lobão da Silveira
2. Sebastião Archer

PTB

Nelson Maculan
Barros Carvalho

1. Vivaldo Lima
2. Oscar Passos

UDN

Adolpho Franco
Irineu Bornhausen

1. Lopes da Costa
2. Eurico Rezende

BPI

Dilton Costa

1. Aarão Steinbruch

Secretária: Maria Helena B. Brandão

Reuniões: Quintas-feira, às 16.30 horas

LEGISLAÇÃO SOCIAL

Presidente: Vivaldo Lima

Vice-Presidente: Walfredo Gurgel

PSD

SUPLENTE

Ruy Carneiro
Walfredo Gurgel
Atílio Fontana
Eugênio Barros

1. José Guimard
2. Sigefredo Pacheco
3. José Leite
4. Lobão da Silveira

PTB

Vivaldo Lima
Edmundo Levi

1. Antônio Jucá
2. Pessoa de Queiroz

UDN

Eurico Rezende
Heribaldo Vieira

1. Lopes da Costa
2. Zacharias de Assunção

BPI

Aarão Steinbruch

1. Dilton Costa

Secretário: Cláudio L. Carneiro Leal

Secretário: Cláudio L. Carneiro Leal

MINAS E ENERGIA

Presidente: Josaphat Marinho

Vice-Presidente: José Ermírio

PSD

SUPLENTE

Benedito Valladares
Jefferson de Aguiar

1. Pedro Ludovico
2. Filinto Müller

PTB

José Ermírio
Argemiro Figueiredo

1. Nelson Maculan
2. Antônio Jucá

UDN

João Agripino
Faria Tavares

1. José Cândido
2. Afonso Arinos

BPI

Josaphat Marinho

1. Arnon de Mello

Secretário: Cláudio D. Carneiro Leal.
Reuniões: Quartas-feiras, às 14.30 hs.

POLIGONO DAS SÉCAS

Presidente: Ruy Carneiro

Vice-Presidente: Aurélio Vianna

PSD

SUPLENTE

TITULARES
Ruy Carneiro
Sebastião Archer

1. Sigefredo Pacheco
2. José Leite

PTB

Argemiro Figueiredo
Dix-Huit Rosado

1. José Ermírio
2. Antônio Jucá

UDN

João Agripino
Heribaldo Vieira

1. Lopes da Costa
2. Antônio Carlos

BPI

Aurélio Vianna

1. Dilton Costa

Secretário: Cláudio D. Carneiro Leal
Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas

PROJETOS DO EXECUTIVO

Presidente: João Agripino

Vice-Presidente: Jefferson de Aguiar

PSD

SUPLENTE

TITULARES
Wilson Gonçalves
José Guimard
Jefferson de Aguiar

1. Walfredo Gurgel
2. José Feliciano
3. Ruy Carneiro

PTB

José Ermírio
Bezerra Neto

1. Mello Braga
2. Edmundo Levi

UDN

João Agripino
Antônio Carlos

1. Daniel Krieger
2. Adolfo Franco

BPI

Lino de Matos

1. Aurélio Vianna

PL

Mem de Sá

1. Aloysio de Carvalho

Secretário: José Soares

Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas

REDAÇÃO

Presidente: Dix-Huit Rosado

Vice-Presidente: Antônio Carlos

PSD

SUPLENTE

TITULARES
Walfredo Gurgel
Sebastião Archer

1. Lobão da Silveira
2. José Feliciano

PTB

Dix-Huit Rosado

1. Edmundo Levi

UDN

Antônio Carlos

1. Eurico Rezende

BPI

Josaphat Marinho

1. Dilton Costa

Secretária: Sarah Abrahão

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

RELAÇÕES EXTERIORES

Presidente: Benedicto Valladares

Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

PSD

SUPLENTE

TITULARES
Benedicto Valladares
Filinto Müller
Menezes Pimentel
José Guimard

1. Ruy Carneiro
2. Victorino Freire
3. Wilson Gonçalves
4. José Leite

Pessoa de Queiroz
Vivaldo Lima
Oscar Passos

PTB

1. Nelson Maculan
2. Antônio Jucá
3. Mello Braga

UDN

Antônio Carlos
José Cândido
Rui Palmeira

1. Padre Calazans
2. João Agripino
3. Mem de Sá

BPI

Aarão Steinbruch

1. Arnon de Mello

Secretário: J. B. Castejon Branco

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas

SAUDE

Presidente: Sigefredo Pacheco

Vice-Presidente: José Cândido

PSD

SUPLENTE

TITULARES
Sigefredo Pacheco
Pedro Ludovico

1. Walfredo Gurgel
2. Eugênio Barros

PTB

Dix-Huit Rosado

1. Antônio Jucá

UDN

José Cândido

1. Lopes da Costa

BPI

Miguel Couto

1. Lino de Matos

Secretário: Alexandre Mello

Reuniões: Terças-feira, às 16 horas

SEGURANÇA NACIONAL

Presidente: Zacarias de Assunção

Vice-Presidente: José Guimard

PSD

SUPLENTE

TITULARES
José Guimard
Victorino Freire

1. Ruy Carneiro
2. Atílio Fontana

PTB

Oscar Passos
Silvestre Péricles

1. Dix-Huit Rosado
2. José Ermírio

UDN

Zacarias de Assunção
Irneu Bornhausen

1. Adolpho Franco
2. Eurico Rezende

BPI

Aarão Steinbruch

1. Josaphat Marinho

Secretário: Gerardo Lima de Aguiar

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas

SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

Presidente: Padre Calazans

Vice-Presidente: Victorino Freire

PSD

SUPLENTE

TITULARES
Sigefredo Pacheco
Victorino Freire

1. José Feliciano
2. Filinto Müller

PTB

Mello Braga
Silvestre Péricles

1. Antônio Jucá
2. Dix-Huit Rosado

UDN

Padre Calazans
Aloysio de Carvalho

1. Antônio Carlos
2. Mem de Sá

BPI

Aurélio Vianna

2. Miguel Couto

Secretário: J. Ney Passos Dantas

Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas

TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

Presidente: Lopes da Costa

Vice-Presidente: Mello Braga

PSD

SUPLENTE

TITULARES
Eugênio Barros
José Leite

1. Jefferson de Aguiar
2. José Guimard

PTB
1. Bezerra Neto

UDN
1. Irineu Bornhausen

BPI
2. Josaphat Marinho

Secretário: Gerardo Lima de Aguiar
Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas

COMISSÕES ESPECIAIS

Para Revisão do Projeto que define e regula a PROTEÇÃO AO DIREITO DO AUTOR.

Membros (7) — Partidos

Gilberto Marinho — PSD.
Menezes Pimentel — PSD.
Heribaldo Vieira — UDN.
Milton Campos — UDN.
Vasconcelos Torres — PTB.
Edmundo Levi — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.

Para o estudo dos efeitos da INFLAÇÃO E DA POLÍTICA TRIBUTÁRIA E CAMBIAL SOBRE AS EMPRESAS PRIVADAS.

Membros (5) — Partidos
Atílio Fontana — Presidente — PSD.
José Feliciano — (Vice-Pr.) — PSD.
José Ermirio — Relator — PTB.
Adolpho Franco — UDN.
Aurélio Vianna — PSD.

Para estudo das causas que dificultam a PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA e suas repercussões negativas na exportação.

Membros (5) — Partidos
José Feliciano — PSD.
Sigefredo Pacheco (Vice-Pr.) — PSD.
José Ermirio (Presidente) — PTB.
Lopes da Costa — UDN.
Aurélio Vianna (Relator) — PSD.

Para efetuar o levantamento da PRODUÇÃO MINERAL DO PAÍS e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização.

Membros (9) — Partidos
José Feliciano — PSD.
Atílio Fontana — PSD.
Eugênio Barros — PSD.
José Ermirio (Relator) — PTB.
Bezerra Neto — PTB.
Melo Braga — PTB.
Lopes da Costa — UDN.
Milton Campos (Presidente) — UDN.
Júlio Leite (Vice-Pr.) — PR.

Para estudar a situação dos Transportes Marítimos e Ferroviários.

Membros (5) — Partidos
Atílio Fontana — (Relator) — Transportes Ferroviários — PSD.
Sigefredo Pacheco — PSD.
José Ermirio — PTB.
Irineu Bornhausen — (Relator) — Transportes Marítimos — UDN.
Júlio Leite — (Presidente) — PR.

Para o estudo da situação do Centro Técnico de Aeronáutica e da Escola de Engenharia de Aeronáutica, de S. José dos Campos.

Membros (5) — Partidos

José Feliciano — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Antonio Jucá — PTB.
Padre Calazans — UDN.
Josaphat Marinho — S/legenda.

Para proceder ao estudo das proposições que digam respeito à participação dos trabalhadores nos lucros das empresas.

MEMBROS

Bezerra Neto — Presidente.
Afonso Arinos — Vice-Presidente.
Jefferson de Aguiar — Relator.
Neite Neto
Nelson Macuan
Eurico Rezende
Aurélio Vianna

Para o estudo e coordenação das medidas tendentes ao controle dos preços de exportação.

Membros — Partidos

Atílio Fontana — PSD.
Sigefredo Pacheco (Presidente) — PSD.
Eugênio Barros — PSD.
Argemiro de Figueiredo — PTB.
José Ermirio (Relator) — PTB.
Heribaldo Vieira (Vice-Presidente) — UDN.
Raul Gluberti — PSP.

Para examinar a crise Agro-Indústria Açucareira do Nordeste.

Membros — Partidos

José Leite — PSD.
Vaga — PSD.
Vasconcelos Torres — PTB.
Heribaldo Vieira — UDN.
Aurélio Vianna — PSB.

COMISSÕES ESPECIAIS PARA O ESTUDO DE PROJETO DE EMENDAS A CONSTITUIÇÃO

Projeto de Emenda à Constituição nº 4/61

QUE DISPÕE SOBRE VENCIMENTOS DOS MAGISTRADOS

Jefferson de Aguiar — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Benedito Valladares — PSD.
Wilson Gonçalves — PSD.

Daniel Krieger — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
Milton Campos —
Heribaldo Vieira — UDN.
Rui Palmeira — UDN.
Silvestre Péricles — PTB.
Bezerra Neto — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Aloysio de Carvalho — (Presidente) — PL.
Mem de Sá — PL.
Josaphat Marinho — S/legenda.

Projeto de Emenda à Constituição nº 7/61

QUE DISPÕE SOBRE AS MATERIAS DO SENADO, INCLUINDO AS DE PROPOR A EXONERAÇÃO DOS CHEFES DE MISSÃO DIPLOMATICA PERMANENTE

APROVAR O ESTABELECIMENTO, O ROMPIMENTO E O REATAMENTO DE RELAÇÕES DIPLOMATICAS COM PAISES ESTRANGEIROS.

Membros (16) — Partidos
Menezes Pimentel — PSD.
Wilson Gonçalves — Presidente — PSD.

Lobão da Silveira — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Guido Mondin — PSD.
Eurico Rezende — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Milton Campos — (Vice-Presidente) — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
Silvestre Péricles — PTB.
Vivaldo Lima — PTB.
... Vago — PTB.
... Vago — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.

Projeto de Emenda à Constituição nº 8/61

SOBRE EXONERAÇÃO POR POSTO DO SENADO DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMATICA DE CARÁTER PERMANENTE.

Membros (16) — Partidos

Menezes Pimentel — PSD.
Ruy Carneiro — Presidente — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Jefferson de Aguiar — PSD.
Guido Mondin — PSD.
Daniel Krieger — UDN.
Eurico Rezende — UDN.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira (Presidente) — UDN.
Vaga do Senador Pinto Ferreira — PTB.

Bezerra Neto — PTB.
... Vago — PTB.
Vivaldo Lima — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.

Projeto de Emenda à Constituição nº 9/61

QUE MODIFICA O REGIME DE DISCRIMINAÇÃO DAS RENDAS.

Membros (16) — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Menezes Pimentel — PSD.
Filinto Muller — PSD.
Guido Mondin — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Daniel Krieger (Relator) — UDN.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Rui Palmeira — UDN.
... Vago (PTB)
Barros Carvalho — PTB.
Argemiro de Figueiredo — PTB.
Bezerra Neto — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PN.

Projeto de Emenda à Constituição nº 10/61

APLICAÇÃO DAS COTAS DE IMPOSTOS DESTINADAS AOS MUNICÍPIOS

Membros (16) — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Guido Mondin — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
João Agripino — UDN.
Eurico Rezende — UDN.
Silvestre Péricles — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Josaphat Marinho — Sem legenda.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.

Projeto de Emenda à Constituição nº 11/61

(CRIAÇÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS)

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Guido Mondin — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
João Agripino — UDN.
Eurico Rezende — UDN.
Silvestre Péricles — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Miguel Couto — PSP.
Catiete Pinheiro — PTN.

Projeto de Emenda à Constituição nº 1/62

(OBRIGATORIEDADE DE CONCURSO PARA INVESTIDURA EM CARGO INICIAL DE CARREIRA E PROIBIÇÃO DE NOMEAÇÕES INTERINAS).

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
... vaga — PSD.
Menezes Pimentel — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Eurico Rezende — UDN.
João Agripino — Vice-Presidente — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Silvestre Péricles — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Aurélio Vianna — Relator — PSB.

Projeto de Emenda à Constituição nº 2/62

(INSTITUI NOVA DISCRIMINAÇÃO DE RENDAS EM FAVOR DOS MUNICÍPIOS).

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
... vaga — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — Vice-Presidente — UDN.
Menezes Pimentel — PSD.
Eurico Rezende — Relator — UDN.
Silvestre Péricles — Presidente — PTB.
João Agripino — UDN.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Aloysio de Carvalho — PTB.
Lino de Matos — PTN.